



**Instituto Universitário da Maia**

# **Perceções sobre a relação entre os jovens em risco e os agentes de autoridade**

Rita Margarida Alemão Navarro nº31579



Rita Margarida Alemão Navarro  
Nº 31579

# Perceções sobre a relação entre os jovens em risco e os agentes de autoridade

Dissertação de Mestrado em Criminologia Especialidade em Polícia, Prevenção e Segurança

Trabalho realizado sob a orientação da Professora Doutora Vera Mónica da Silva Duarte

2021

## **Agradecimentos**

Este trabalho não seria possível sem a colaboração e o apoio de várias pessoas, às quais deixo o meu sincero agradecimento.

Gostaria de agradecer especialmente à minha orientadora Professora Doutora Vera Duarte, pela sua paciência e inteira disponibilidade ao longo deste ano, por todos os conselhos e palavras de incentivo que fizeram toda a diferença na concretização deste trabalho.

Gostaria de agradecer igualmente a todas as instituições por terem acedido o meu pedido e por me terem recebido tão bem. Por fim agradecer a todos os jovens e agentes de autoridade que se disponibilizaram a título voluntário a participarem neste trabalho.

Às minhas amigas e família especialmente aos meus pais e irmã por nunca me terem deixado desistir, pelas suas palavras de incentivo e carinho ao longo de todo o meu percurso académico.

## **Resumo**

Os estudos sobre as percepções dos/as jovens sobre os agentes de autoridade são bastante escassos, sendo a maior parte deles dirigidos às percepções da população em geral e não da camada mais jovem e, menos ainda, dos jovens em risco. Poderá ser importante compreender estas percepções do ponto de vista policial pois pode num futuro auxiliar e de certa forma melhorar a forma como atuam junto da população mais jovem.

Assim sendo, pretende-se, neste trabalho, perceber a relação entre os/ jovens institucionalizados e não institucionalizados e os/as agentes de autoridade. E como objetivos específicos: 1) Compreender a percepção dos/as jovens em centro educativo (CE) sobre os/as agentes de autoridade; 2) Analisar a diferença entre as percepções dos/as jovens em centros educativos e dos/as jovens em contexto comunitário (CC); 3) Perceber qual a opinião dos/as agentes de autoridade sobre os/as jovens; 4) Perceber se o contacto que estes jovens tiveram com a polícia influencia a sua percepção sobre os mesmos.

Para tal, foi realizada uma investigação de índole qualitativa que passou pela realização de entrevistas a 22 agentes de autoridade da PSP, da área do Porto, 6 jovens internados em Centro Educativo (CE) e 8 jovens a frequentar um projeto do Projeto Escolhas, também da zona do Porto.

Constatou-se que os/as jovens tanto em contexto comunitário como em internamento em centro educativo têm uma percepção relativamente positiva sobre os/as agentes de autoridade, conseguindo na sua perspetiva entender a importância e o papel destes, verificando-se que estes últimos demonstraram ter mais experiências negativas acabando por não perceberem a polícia de maneira tão positiva e tendo uma atitude mais hostil para com estes. Mostrando que contactos negativos influenciam de certa maneira as percepções.

Quanto aos agentes de autoridade na sua maioria descreveram os jovens e a relação entre estes de maneira negativa. Demonstrando que a percepção negativa não vem apenas da parte dos/as jovens, mas também dos agentes de autoridade acabando por tornar a relação entre ambos relativamente difícil.

Palavras-chave: Jovens; Percepções; Risco; Agentes de Autoridade

## **Abstract**

Studies on the perceptions of young people about agents of authority are quite scarce, most of them being aimed at the perceptions of the population in general and not the younger group and, even less, young people at risk. It may be important to understand these perceptions from a police point of view as it may in the future help and to some extent improve the way they act with the younger population.

Therefore, this work intends to understand the relationship between institutionalized and non-institutionalized youth and agents of authority. And as specific objectives: 1) Understand the perception of young people in educational center (EC) about the agents of authority; 2) Analyze the difference between the perceptions of young people in educational centers and young people in a community context (CC); 3) Understand the opinion of law enforcement officials about young people; 4) Understand if the contact that these young people had with the police influences their perception of them.

To this end, a qualitative investigation was carried out, which included interviews with 22 PSP authorities in the Porto area, 6 young people in an Educational Center (CE) and 8 young people attending a project of Projeto Escolhas, also from the Porto area.

It was found that young people both in context and in in an educational center have a relatively positive perception of the agents of authority, achieving in their perspective the importance and role of these, verifying that the latter demonstrated to have more negative experiences, ending up not perceiving the police in a positive way and having a more hostile attitude towards them. Showing that negative contacts influence perceptions in a certain way.

As for the agents of authority, most describe young people and the relationship between them in a negative way. Demonstrating that a negative perception does not only come from the young people, but also from the agents of authority, which ends up making the relationship between them even more difficult.

## Índice

Introdução .....	7
I- Enquadramento Teórico .....	9
1. Órgãos de Polícia .....	9
1.1 Polícia em Portugal .....	10
2. Juventude e(m) risco .....	13
2.1 Delinquência Juvenil.....	14
3. Relação entre jovens e agentes de autoridade .....	17
3.1 Critérios que poderão influenciar a perceção dos jovens.....	18
3.1.1 Critérios Sociodemográficos.....	18
3.1.2 Vítimas de Crime .....	19
3.1.3 Estilo de vida.....	20
3.1.4 Área de residência.....	20
3.1.5 Contactos com a polícia .....	21
3.1.6 Comunicação Social.....	22
II- Estudo empírico.....	23
1.Plano de investigação .....	23
1.1 Métodos.....	23
1.2 Procedimentos e desafios éticos da investigação .....	24
1.3 Caracterização da amostra .....	25
1.4 Instrumentos de análise e recolha de dados .....	26
2. Análise dos resultados.....	28
2.1 Análise dos dados Polícia .....	28
1) Experiência Profissional .....	28
2) Experiência com os jovens .....	32
3) Relação com os jovens .....	33
1.2 Análise dos resultados das entrevistas com os/as jovens .....	40
1.2.1 Jovens de Centro Educativo.....	40
1) Opiniões gerais da polícia.....	40
2) Relação da polícia.....	41
3) Contactos com a polícia.....	43
1.2.2 Jovens em contexto Comunitário.....	44
1) Opiniões gerais sobre a polícia .....	44
2) Relação da polícia.....	46
3) Contactos com a polícia.....	48

3. Discussão dos resultados.....	50
Conclusão.....	54
Referências bibliográficas.....	56
Anexos.....	65
Anexo 1: Consentimento Informado.....	65
Anexo 2: Guião de Entrevista realizado aos Agentes de Autoridade.....	66
Anexo 3: Guião de Entrevista aos jovens.....	67
Anexo 4: Tabela de Categorização dos Jovens.....	68
Anexo 5: Tabela de Categorização dos Agentes de Autoridade.....	69

## **Lista de Abreviaturas**

CC- Contexto Comunitário

CE- Centro Educativo

CPCJ- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

DGRS- Direção Geral de Reinserção Social

DGRSP- Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

LPCJP- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

LSI- Lei Segurança Interna

LTE- Lei Tutelar Educativa

MAI- Ministério da Administração Interna

PSP- Polícia de Segurança Pública

## **Introdução**

Ao longo dos anos este assunto foi despertando cada vez mais atenção junto da academia, a maior parte das investigações existentes são dirigidas à percepção e comportamentos da população mais velha, sendo escassa as investigações sobre a população mais jovem ((Brandl et al., 1994; Brown & Coulter, 1983; Decker, 1981; Erez, 1984; Frank et al., 1996; Mastroski, 1981; Percy, 1986 como citado em Frank & Hurst, 2000).

A polícia, igualmente como objeto de estudo é um tema que hoje em dia tem bastante relevância para a nossa sociedade, é uma entidade que intervém junto da população com frequência, tendo um papel fundamental na segurança e na manutenção da ordem, mas que por outro lado é vista como “pouco favorável, discricionariedade e abuso da força legal que lhe é atribuída, ou então de desleixo e pouco empenhamento na sua missão” (Freire, 2010, p.135). É ainda percecionada como uma entidade impune, porque esta entidade está encarregue de observar e de fazer com que a população em geral obedeça às leis sendo que a própria muitas vezes não obedece (Freire, 2010).

Dentro das instituições pertencentes ao estado, a polícia é uma corporação que recebe mais atenção da sociedade estando regularmente sob pressão de realizar convenientemente o seu trabalho, quando este ultrapassa os limites da legitimidade, põe em causa a credibilidade da polícia e do sistema perante a sociedade (Piquero, 2019). Para além de prejudicarem a sociedade no seu geral, podem ainda ter como consequência o surgimento de emoções como “angústia e trauma” podendo a população consequentemente desenvolver condutas menos apropriadas (Piquero A., Fagan J., Mulvey E., Steinberg, L. & Odgers C., 2005).

A temática abordada durante esta investigação, é nos dias de hoje bastante oportuna e aliciante de ser estudada e abordada na nossa área, sendo os/as jovens o futuro da nossa sociedade, seria relevante perceber a percepção que estes têm no dia de hoje sobre os/as agentes de autoridade assim como compreender se comparando dois grupos de jovens distintos, os/as jovens internados em Centros Educativos (CE) e jovens em contexto comunitário (CC) têm diferentes percepções. Os dois grupos estudados podem ter backgrounds e vivências diferentes, assim como mais contacto ou menos contacto com os profissionais das forças de segurança.

Do ponto de vista dos/as agentes de autoridades este estudo poderá ser também importante no sentido de perceberem o ponto de vista dos/as jovens quanto à sua

intervenção junto destes. Podendo repensar a sua abordagem de modo a relação atual entre este público-alvo.

A atual investigação tem como objetivo centrar-se na perceção dos/as jovens, sobre os/as agentes de autoridade, tentando comparar as perceções dos/as jovens internados em Centros Educativos (CE) e, por outro, jovens em contexto comunitário (CC), neste caso, jovens integrados no projeto escolhas, projeto esse que visa proporcionar a inclusão social de crianças e jovens com certos fatores de risco. Outro objetivo será tentar perceber a perspetiva dos/as agentes de autoridade quanto a estes jovens.

Para isso foi utilizada uma metodologia qualitativa, tendo sido realizadas entrevistas semiestruturadas realizadas a jovens internados em CE, jovens em contexto comunitário e agentes de autoridade da PSP que exercem funções nas esquadras da Cidade de Valongo e Maia. Todas as perguntas levantadas focaram-se com questões relacionadas com a perceção e experiências dos/as jovens sobre os/as agentes e vice-versa.

Esta investigação foi dividida em duas grandes partes, a primeira em que é feito um enquadramento teórico sobre os principais temas abordados como a Polícia, os/as jovens em risco e a relação entre estes dois grupos, incluiu-se nesta parte ainda um levantamento de estudos sobre variáveis que poderão influenciar as perceções destes jovens. Num segundo momento será demonstrado o estudo empírico onde serão analisados os resultados assim como a discussão destes.

# **I- Enquadramento Teórico**

## **1. Órgãos de Polícia**

A definição de Polícia é um conceito que por si só pode ser complexo de explicar como consequência das suas modificações ao longo das épocas. (Clemente, 2010).

O referido conceito começou na Idade Média como algo muito geral, relacionando a polícia a funções meramente administrativas, sendo que mais tarde essa definição se tornou muito mais restrita caracterizando as funções de polícia como defender e auxiliar a sociedade e os seus cidadãos (Nascimento s/d). Segundo a Constituição da República Portuguesa (CRP), no seu artigo 272º, a Polícia tem como função, defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos.

O trabalho policial e a entidade a que pertencem está englobada e sob alçada do estado. De acordo com Durão (2006) este trabalho policial também pode ser realizado na vertente privada, mas sendo esta “subordinada ao público e a discricionariedade de poderes é aí muito controlada” (Durão, 2006, p.23). Sendo esta vertente privada uma consequência das dificuldades que se têm vindo a notar nas entidades públicas policiais (Pereira, 2014).

Como foi referido anteriormente o papel da polícia e do Estado é assegurar a Segurança Pública, salvaguardando a população e os seus direitos. É através do Controlo social formal que o Estado exerce essa função (Panichi, 2015).

O controlo social divide-se em dois o “controle social formal quando realizado por meios da força do Estado como por exemplo a polícia, judiciário, legislação etc” (Sá, Tangerino & Shecaira, 2011, p.637), sendo que de forma distinta, o controlo informal é feito através da própria sociedade, quer seja “família, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, entre outros tipos” (Sá, Tangerino & Shecaira, 2011, p.638).

A polícia exerce o controlo formal através da “força física conjuntamente com o uso de equipamento especial”. Os agentes de autoridade têm como função penalizar atitudes que não estão de acordo com as normas da sociedade, consideradas assim ilícitas e passivas de punição com a finalidade de essa conduta não voltar a repetir-se (Panichi, 2015).

Um dos grandes objetivos é que exista cooperação e suporte da população com as entidades policiais, que só acontece quando estas se mostram competentes (Domingos, 2017).

A cooperação está associada a dois conceitos “os níveis de legitimidade e confiança” que faz com que a população aceite cooperar com estas entidades (Domingos, 2017, p. 3).

A legitimidade policial refere-se à população em geral ter o dever de obedecer à lei e cooperar/coadjuvar com os/as agentes de autoridade. Tendo isto em atenção os cidadãos que tenham uma perceção mais positiva tendem a ter uma maior intenção de colaboração (Tyler, 2006).

A confiança trata-se de uma atitude individual relativa a uma convicção “de que uma pessoa que ocupa um papel específico o irá desempenhar de forma consistente com as expectativas normativas socialmente definidas associadas a esse papel” (Jackson et al. 2010 como citado em Domingos, 2017, p.6).

De acordo com o referido anteriormente a polícia é considerada de confiança, quando a população acha que esta irá cumprir a sua função de maneira coerente. Sendo que a legitimidade é inerente a uma entidade e a confiança é relativa a uma pessoa e o que esta espera dessa mesma entidade (Domingos, 2017).

### **1.1 Polícia em Portugal**

Atualmente em Portugal o modelo em vigor divide-se em duas frentes: a “PSP como Força de Segurança de natureza civil” e a “GNR de natureza militar”. Ambos com um sistema hierárquico que têm de ser cumprido (Pereira, 2010, p.5) e ambos sob Alçada do Ministério da Administração Interna (MAI).

A GNR formada em 1911, é uma polícia militarizada dependente do MAI, ocupa funções principalmente em territórios rurais, que podem ser “de carácter geral nos domínios da manutenção da ordem e tranquilidade públicas, da prevenção da criminalidade, da defesa da legalidade e da proteção e socorro das pessoas” assim como “importantes funções no domínio da coadjuvação das autoridades judiciais, decorrente da sua qualificação como órgão de polícia criminal, e no âmbito da prestação de honras do Estado” (Pereira, 1990, p.23).

No que diz respeito à PSP esta foi criada em 1927, tendo as mesmas funções que a GNR, diferindo nas funções de salvaguardar indivíduos e altas patentes quer nacionais e/ou internacionais (Pereira, 1990). De acordo com a lei que a rege, trata-se de “uma força de segurança com a natureza de serviço público dotado de autonomia administrativa, que tem por funções defender a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os

direitos dos cidadãos, nos termos do disposto na Constituição e na lei” (Artº 1ª da Lei nº 5/99 como citado em Durão, 2006, p.65). Esta força de segurança é caracterizada por ficar responsável em policiar as zonas territoriais mais urbanas ao contrário da GNR (Durão, 2006).

A PSP organiza-se em vários departamentos que funcionam com uma certa independência:

*“a administração geral (na Direcção Nacional); ii) o policiamento territorial de rotina (levado a cabo nos comandos, divisões e esquadras, mas também pelo Corpo de Segurança Pessoal (CSP) e unidades territoriais que regem o Trânsito; iii) o policiamento de ordem pública, especial ou extraordinário (levado a cabo por forças especiais como o Corpo de Intervenção e o Grupo de Operações Especiais, Centro de Inactivação de Engenhos Explosivos e Segurança em Subsolo; iv) e a formação (no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, para oficiais e na Escola Prática de Polícia, para agentes e cursos de subchefe (cujo ramo original tem raiz no agenciato)” (Durão, 2006, p.67).*

No respeito ao trabalho dos/as agentes de autoridade, um dos assuntos mais desenvolvidos até à década de 80 referiam-se principalmente “a violência, o poder, o uso da força e os excessos na polícia” (Durão, 2006, p.10). A agressão perpetrada por agentes de autoridade vai contra o objetivo e a sua função de manter a lei e organização (Pinheiro, 2013). Um dos motivos indicados para essa violência no seio da polícia deve-se à índole militar, formação e padrões destes/as policias (Pinheiro, 2013) assim como características pessoais (Durão & Gonçalves 2017).

Alguns autores acreditam que as ações agressivas não têm ligação com o cargo em si, mas sim como resultado de uma população hostil (Porto, 2004), outros acreditam numa ligação da agressividade dos agentes de autoridade com a génese e formação da própria polícia, que incentiva uma atitude hostil com as gerações mais novas (Silva, 2009), faltando na formação dos/as agentes de autoridade alguma sensibilidade para os direitos humanos, incutindo nos/as agentes de autoridade que atitudes agressivas são normais e toleráveis (Jesus, 2016).

A principal dúvida analisada é o facto de comportamentos hostis por parte dos/as agentes de autoridade no desempenho da sua profissão, poderem ter como consequência o aumento da distância da população perante estes profissionais, acabando a população por reproduzir os mesmos comportamentos (Durão, 2006).

Um outro fator que prejudica a visão que a comunidade tem dos/as agentes de autoridade é poder da discricionariedade policial, poder que lhes é dado e que consiste em terem no exercício da sua profissão a possibilidade de dependendo das circunstâncias atuarem da maneira que acharem mais correto no momento (Durão, 2006). Podendo os/as agentes de autoridade selecionar as pessoas através de atributos individuais “ou suspeitas, sendo as mesmas desproporcionalmente questionadas, revistas, interrogadas e detidas. Os estereótipos podem revelar um círculo vicioso de amplificação da desviância” (Young, 1971 como citado em Durão, 2006, p.234). Assim sendo, a Polícia é “considerada uma máquina de produção de estereotipizações, de perfis acusatórios resultantes da típica escolha seletiva dos sujeitos (jovens, negros, migrantes, estranhos em lugares onde seria suposto não estarem) a abordar e a penalizar pela força ou lei (Durão, 2019, p. 88).

Os/as agentes de autoridade convivem com variados tipos de pessoas (Clemente, 2013) e como consequência criam estratégias diferenciadas para conseguirem responder aos vários tipos de pessoas com que lidam (Durão, 2016), Podemos referir como modelo as interações entre jovens do sexo masculino e os agentes de autoridade e as interações entre pessoas de etnia negra e os/as agentes de autoridade em que estas são pautadas por uma maior desigualdade de atitudes e atuação (Sykes & Clark, 1975).

## **2. Juventude e(m) risco**

A noção de infância está interligada à ideia de juventude, foi a partir do desenvolvimento do primeiro conceito e do que representa que se desenvolveu uma chamada “nova fase da vida diferenciada das atribuídas expressamente às crianças e aos adultos, a da juventude” (Carvalho, 2004 como citado em Carvalho, 2008, p.45). Que fica entre a fase da infância e a fase adulta onde por vezes os limites de uma para a outra são muito ténues. Caracterizasse por ser uma fase em que as atitudes e as condutas não se podem caracterizar como um comportamento associado à fase da infância nem com a fase adulta (Carvalho, 2008).

É durante esta etapa que os/as jovens entram na fase da adolescência, que “se caracteriza pelas diversas alterações biopsicossociais que ocorrem no/a jovem, torna-se uma fase potencialmente suscetível aos reflexos da mudança” (Barata, 2010, p.4). Havendo uma maior probabilidade de cometer atos e ter comportamentos que vão contra os valores estipulados pela sociedade pois é “pautado pela ausência de figuras de autoridade, por uma redução das respostas de controlo social e por uma desestruturação que potência o tempo para o desvio” (Osgood & Anderson, 2004).

Um/a jovem encontra-se em risco dependendo dos vários aspetos que podem ir desde atributos pessoais tanto da família como dos/as próprios jovens, circunstâncias económicas, sociais e culturais. Primeiramente podem ser divididos em 4: os aspetos ligados com a relação familiar, aspetos relacionados com os atributos individuais e atitudes, aspetos individuais e atitudes ligados aos progenitores e por último, aspetos socio económicos (Fonseca, 2004 como citado em Reis, 2009).

Estas situação de risco podem resultar em situações de perigo onde poderão ser aplicadas variadas medidas de promoção e proteção sendo algumas no meio natural de vida (apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea e apoio para a autonomia de vida) e outras em regime de colocação (acolhimento residencial e acolhimento familiar). Sendo as medidas de acolhimento familiar aplicadas pelo tribunal e não pela CPCJ, tendo a CPCJ como função, neste caso, avaliar a necessidade da aplicação desta medida seguindo o processo para tribunal. (art.35º, LPCJP).

Na juventude é fundamental ter como base o seu crescimento em ambiente familiar, sendo este influenciado por situações sociais e culturais (Poletto & Koller, 2008). O ambiente familiar tem uma conexão estreita com “a idealização de suporte afetivo”, sendo que os/as jovens que se encontram institucionalizados não têm esse tipo

de apoio tendo que em alternativa criar esses laços com outras pessoas sem ser os pais, como é o exemplo “os técnicos da instituição, os professores e os funcionários” (Mota & Matos, 2010). Estas figuras alternativas irão ter um papel importante fundamental em promover as capacidades tanto pessoais como sociais dos jovens (Mota & Matos, 2010). Tendo em atenção o ambiente de risco em que está inserido, as consequências poderão ser diferentes. O mesmo ambiente pode tornar-se num fator de risco ou não (Poletto & Koller, 2008).

Alguns/as jovens apesar de terem trajetórias de vida mais difícil e violentas conseguem criar formas de evitar certas situações que possam a longo prazo se desenvolverem em comportamentos delinquentes (Carvalho, 2010).

## **2.1 Delinquência Juvenil**

Quanto ao conceito de delinquência juvenil não existe um consenso entre os diversos estudiosos do tema. Segundo Nardi & Dell’Aglío “a delinquência é uma designação jurídica, referindo-se à transgressão das leis e que implica uma consequência penal ou a intervenção judicial/institucional” (Nardi & Dell’Aglío, 2010).

A delinquência juvenil então, é um conceito que define ações realizadas por jovens que, segundo a legislação e os instrumentos legais portugueses, são estabelecidos como crime, mas realizados por jovens, que “se encontram numa situação de inimputabilidade criminal” (Duarte, 2015, p.80). Noutro ponto de vista, estes atos são vistos como “comportamentos problemáticos que se manifestam no decurso da transição dos/as jovens para a vida adulta” (Carvalho, 2010; Duarte, 2012 como citado em Duarte, 2015, p. 81).

A lei que define os trâmites deste fenómeno é a Lei Tutelar Educativa, que refere no seu artigo 1º, “a prática, por menor com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, de facto qualificado pela lei como crime dá lugar à aplicação de medida tutelar educativa” (LTE, artigo 1º).

No Artigo 17º da lei supramencionada é descrito a medida de Internamento em que tem como objetivo “proporcionar ao menor, por via do afastamento temporário do seu meio habitual e da utilização de programas e métodos pedagógicos, a interiorização de valores conformes ao direito e a aquisição de recursos que lhe permitam, no futuro, conduzir a sua vida de modo social e juridicamente responsável” (LTE, artigo 17º, alínea

1º). Sendo que o Internamento pode-se dividir em três regimes: o aberto, semiaberto e o fechado.

Estes/as jovens que não vão ao encontro da lei e que praticam atos tipificados como crime têm uma “necessidade de (re)educação” (Martins & Carvalho, 2013, p.26), sendo esta reeducação feita nos centros educativos através da medida de internamento (Martins & Carvalho, 2013).

Quanto as causas da delinquência juvenil estas podem ser “individuais, familiares, socioculturais, até aos desenvolvimentais e biopsicossociais” (Burfeind & Bartusch, 2011 como citado em Conde & Teixeira, 2017, p.705), que podem divergir dependendo da maneira de como são experienciadas pelos/as jovens (Nardi & Dell’Aglío, 2010).

Podem ser considerados alguns fatores de risco que podem influenciar esses comportamentos, como por exemplo “vínculos sociais e/ou familiares, a violência doméstica, a violência na comunidade, a falta de suporte familiar e social, grupos de pares desviantes assim como características pessoais” (Burfeind & Bartusch, 2011 como citado em Conde & Teixeira, 2017, p.750).

A delinquência nesta era capitalista e caracterizada pela excessiva proliferação de notícias que têm como consequência de uma exagerada perceção sobre o assunto noticiado. (Carvalho, 2010). Estes fenómenos sempre fizeram parte da comunidade, o que modificou atualmente foi que estes fenómenos começaram a ser mais visíveis passando a tornar-se um problema social (Carvalho & Duarte, 2013).

Nesta discussão é importante realçar o papel dos media na difusão e proliferação da delinquência e dos comportamentos realizados pelos/as jovens, tendo uma influência na forma como este fenómeno é produzido e reproduzido, salientando o papel das entidades de controlo (Cruz & Grangeia, 2015, p.18).

Havendo então uma “difusão periódica de histeria pública sobre determinados problemas sociais, que não se limita a exagerar ruidosamente a sua extensão e impacto, mas também cria ‘folk devils’: estereótipos distorcidos sobre o como, o porquê e o onde do típico desviante” (Young, 1971, p. 24 como citado em Cruz & Grangeia, 2015, p.18).

Os ‘Folks devils’ são grupos presentes na sociedade que são classificados como o que não deveríamos ser nem ter em conta como um exemplo a seguir (Cohen, 1972, p.10).

Concluindo, é necessário ter em atenção à índole das notícias para conseguirmos perceber as respostas da sociedade e das entidades ao fenómeno, é habitual que as notícias sejam “recebidas em segunda mão, geralmente processada pela media de massa” estando

então condicionadas por quem as divulga (Cohen, 1972 como citado em Marsh & Melville, 2011, p.3).

Assim sendo, a resposta da comunicação social ao fenómeno da delinquência pode afetar a maneira como a sociedade vê estes comportamentos assim como produzir dilemas sociais de maneira muito rápida e de forma exagerada, fazendo com que quem pratica esses tipos de comportamentos seja ainda mais excluído da sociedade, acabando por manter essas ações (Cohen, 1972). Atualmente estamos numa sociedade definida pelo fracasso, pouco empenho, “o absentismo e o abandono escolar precoce, que atinge jovens de todas as idades e estratos sociais” (Martins & Carvalho, 2013, p.26).

No caso da delinquência, a polícia pode adotar duas estratégias: a preventiva e a reativa. Nesta última, a atuação ocorre apenas depois da ação ter ocorrido; e a preventiva é uma atuação incluída no policiamento de proximidade através “de ações de aconselhamento, formação e informação ministradas em parcerias com estabelecimentos de ensino e unidades de apoio a jovens e crianças em risco, promovidas pelo programa Escola Segura” (Barata, 2010, p.28).

Assim sendo “a delinquência poderá servir como meio de confronto à autoridade e modo de afirmação identitária como uma expressão típica do período da adolescência” (Cruz & Grangeia, 2015, p.17).

### **3. Relação entre jovens e agentes de autoridade**

A percepção sobre os/as agentes de autoridade é formada na juventude, a imagem que os/as jovens têm sobre a polícia é essencial para compreender com o que futuramente poderão contar e a forma como vão interagir (Piquero et al., 2005). Podendo ser fundamentais porque o encontro com os/as agentes de autoridade podem ter consequências prolongadas e ter como resultado ações negativas para com os/as agentes de autoridade (Leiber, Nalla & Farnworth, 1998).

É um facto que os/as jovens são mais controlados pelos/as agentes de autoridade, devido a terem diversos contactos policiais (Domingos, 2017), havendo uma alta taxa de cometimento de crimes mais graves por jovens (Snyder & Sickmund, 2006).

Uma das missões dos/as agentes de autoridade é salvaguardar a população, sendo que os/as jovens na maioria das vezes não vêem esse trabalho ser feito. Defendendo que há uma distinção notória no que diz respeito às atitudes dos/das agentes de autoridade entre pessoas com estatuto social elevado, com uma boa zona de residência, do que pessoas com um baixo estatuto social (Bottrell, Coelho & Pessoa, 2017). Estes/as jovens têm igualmente a ideia de que a estratégias policia se baseiam em desigualdades étnicas o que faz com que estes/estas jovens tenham uma relação hostil com os/as agentes de autoridade (Domingos, 2017). Este tipo de atitudes sob os/as jovens deve-se a “preconceito, estigma e estereótipos” (Bottrell, Coelho & Pessoa, 2017, p. 9), muitas vezes direcionados ao modo como agem, se apresentam e o onde residem. Muitas das vezes os/as jovens acreditam que a polícia tem ideia de que os bairros sociais merecem uma maior atenção (Bottrell, Coelho & Pessoa, 2017).

Quando se trata de agentes de autoridade que não pertencem ao policiamento de proximidade a relação já é diferente, os policia consideram que os/as jovens não percebem a função das polícias, assim como referem que existe um “sentimento de afronta às autoridades” (Cezário, 2009, p. 66).

Os agentes de autoridade acabam por caracterizar os/as jovens de uma maneira favorável, revelam que estes são “respeitadores e educados, entre outros”, mas de uma maneira geral olham para eles como “irresponsáveis, desinteressados pela escola, entre outros”. Quando caracterizam adolescentes delinquentes acham que são “revoltados, agressivos, sem regras de comportamento, sem boa educação, entre outros” (Cezário, 2009, p. 64).

Segundo Friedman et al. (2004) os contactos negativos/desfavorável com a polícia podem ter consequências na vida destes/as jovens, sendo que as interações hostis dos

agentes de autoridade sob os/as jovens, podem incitar/provocar o cometimento de crimes, assim como por outro lado, os contactos negativos podem diminuir/dificultar a colaboração e a confiança dos/as jovens nestes agentes (Friedman et al, 2004 como citado em Domingos, 2017).

### **3.1 Critérios que poderão influenciar a percepção dos jovens**

A percepção dos cidadãos em geral quanto aos/às agentes de autoridade pode variar consoante algumas variáveis (Domingos, 2017). Segundo alguns estudos realizados por variados autores (Hurst, Y., Frank, J., & Browning, S., 2000; Dirikx, A., Gelders, D., & Parmentier, S., 2012; Ivkovic, 2008; Hinds, 2007; Stewart, D., Morris, R., & Weir, H., 2013; Taylor, T., Turner, K., Esbensen, F. & Winfree\_Jr, L., 2001; Ashcroft, Daniels & Hart, 2003; Feffermann, 2006; Chow, 2012; Jackson, J., Bradford, B., Hough, M., Myhill, A., Quinton, P. & Tyler, T., 2012; Ho e McKean, 2004; Bottrell, Coelho & Pessoa, 2017; Hurst e Frank, 2000; Weitzer e Tuch, 2005; Skogan, 2006), as percepções dos/as jovens quanto aos/as agentes de autoridade podem variar consoante alguns critérios.

#### **3.1.1 Critérios Sociodemográficos**

Um dos critérios que pode ter influência é o critério sociodemográfico, que realça a relevância de fatores como a “idade, do género, da educação e da raça/etnia” (Hurst et al., 2000; Dirikx et al., 2012).

Quanto ao sexo, estudos mostram que na população em geral o sexo feminino tem a tendência a perceber os/as agentes de autoridade mais positivamente, enquanto o sexo masculino tende a percebê-los de forma mais negativa devido a uma maior percentagem e um maior número de encontros com a polícia (Ivkovic, 2008).

Quanto à população mais jovem as percepções positivas estão associadas ao sexo feminino (Hinds, 2007; Stewart et al., 2013; e Taylor et al., 2001) e as negativas ao sexo masculino (Taylor et al. 2001). Alguns autores pelo contrário acrescentam que não existe qualquer distinção entre as percepções entre o sexo feminino e o masculino (Hinds, 2007).

O sexo feminino descreve comportamentos e percepções mais positivas sobre os agentes de autoridade em comparação com o sexo masculino. Isto pode acontecer devido ao sexo masculino ter mais possibilidade de se envolver em problemas com os/as agentes de autoridade “devido ao envolvimento desproporcional em comportamento delinvente e criminoso” assim como “os papéis tradicionais de género enfatizando a assertividade e a autonomia para os homens, podem ter a consequência não intencional de aumentar o

sentimento anti-autoridade” explicando estas causas os comportamentos e percepções mais negativas sobre os/as agentes de autoridade comparando com o sexo feminino (Taylor et al, 2001, p.302).

Quanto à idade a população com uma idade mais avançada caracterizam os agentes de autoridade de uma forma mais positiva assim como uma maior receptividade a colaborar com as forças de segurança (Ivkovic, 2008;).Um dos critérios que tem mais influência nas percepções quanto aos/às agentes policiais é o critério da raça/etnia, havendo uma diferença de tratamento entre jovens de etnia branca e jovens de etnia negra (Leiber et al. 1998). Quanto aos mais jovens adolescentes que pertencem a minorias têm uma pior percepção (Hinds, 2007; Taylor et al., 2001).

Os indivíduos que são mais vezes interpelados pelos/as agentes de autoridades são pessoas de etnia negra e com dificuldades financeiras (Caldeira, 2000; Jesus, 2016; Silva, 2014). Sendo a etnia negra mais mal tratada em detrimento da etnia branca tendo como consequência uma pior percepção dos/as agentes de autoridade (Ashcroft, Daniels & Hart, 2003). Este abuso de poder das forças de segurança vem ampliar as desigualdades entre a população (Feffermann, 2006).

Quanto à educação destes/as jovens poucas investigações mencionam esta variável, sendo que as que o fazem demonstram que a educação não tem influência na forma como percebem os/as agentes de autoridade (Lee et al., 2015 como citado em Domingos, 2017).

### **3.1.2 Vítimas de Crime**

Uma variável que pode ter influência na percepção da população em geral sobre os/as agentes de autoridade é o indivíduo ter sido vítima de algum tipo de crime. As vítimas tendem a ter um parecer mais negativo quanto à eficácia do trabalho policial nomeadamente as vítimas que denunciam o crime a que foram sujeitas (Ivkovic, 2008).

Estudos encontraram correlação entre “o baixo medo do crime se correlaciona com avaliações positivas acerca da capacidade de controlo da criminalidade por parte da polícia” (Ivkovic, 2008). Os/as jovens têm também uma maior probabilidade de serem vítimas de crimes e como consequência terem mais contactos com os/as agentes de autoridade (Chow, 2012).

### **3.1.3 Estilo de vida**

Quanto à variável referente ao estilo de vida, a delinquência é a mais abordada, pois as experiências pouco favoráveis com os/as agentes de autoridade podem ter como consequência a prática de atos ilícitos (Jackson et al., 2012).

Nos/as jovens é essencial ter em atenção “o estilo de vida e envolvimento subcultural” que podem influenciar os comportamentos e as percepções com os/as agentes de autoridade. Os/as jovens que se envolvem em condutas ilícitas é claro que tenham um menor apreço pelos/as agentes de autoridade (Leiber et al., 1998).

### **3.1.4 Área de residência**

Uma variante bastante importante que influencia as percepções é a área de habitação, em que os estudos demonstram que indivíduos que tem menos possibilidades económicas tendem a residir em locais com um maior número de crimes (Ho & McKean, 2004).

Segundo Cardia (2003) expõe que em locais onde existe mais vulnerabilidade a serem alvo de atos violentos e marginalizados pela sociedade, a polícia tende a ter uma atitude mais agressiva do que em locais onde existe menos probabilidade de serem alvo de atos violentos, onde pelo contrário, serão áreas residências mais calmas e onde o trabalho da polícia tende a ser bem visto e aclamado (Cardia, 2013 como citado em Bottrell, Coelho & Pessoa, 2017). Mostrando assim evidentemente um comportamento distinto de áreas mais pobres e periféricas em comparação com áreas mais ricas, sendo a atitude da polícia nas áreas pobres, mais violenta pois vêm as pessoas que vivem nessas zonas como infratores criando rótulos que podem ser prejudiciais numa idade precoce. Este tipo de atos resulta na falta de confiança que a população demonstra nos órgãos policiais (Bottrell, Coelho & Pessoa, 2017).

Já relativamente ao critério da área de residência especificamente em camadas mais jovens, são bastantes negligenciados em comparação com os critérios individuais (Hinds, 2007). Quanto maior for a percentagem de crimes nos locais onde estes/as jovens moram, maior a interseção com os/as agentes de autoridade.

Em certas locais a polícia mantém uma maior vigilância e excesso de força acabando com que os/as próprios jovens acabem por desenvolver “um ressentimento generalizado e uma resistência, levando os jovens a acolher um desrespeito generalizado pela lei” (Hinds, 2007).

Tendo em conta a eficácia do trabalho dos/as agentes de autoridade, jovens que habitem em zonas com uma maior taxa de criminalidade tendem a ter uma perceção mais negativa, quando pelo contrário quando habitam em áreas com menos criminalidade tendem a ter de uma maneira geral uma posição mais positiva (Dirikx et al., 2012).

### **3.1.5 Contactos com a polícia**

Passando agora para as variáveis relativas à polícia, uma delas refere-se aos contactos da população em geral com os/as agentes de autoridade. Aqui, o sexo masculino tem mais visibilidade social enquanto agressor fazendo com que as suas perceções sejam influenciadas por este fator (Stewart et al., 2013; Taylor et al., 2001).

O conhecimento de experiências de pessoas próximas com os/as agentes de autoridade pode ter consequências na perceção (Hurst e Frank, 2000; Weitzer & Tuch, 2005; Skogan, 2006). Assim como está comprovado que os pares delinquentes normalmente também podem influenciar as opiniões dos/as jovens sobre os/as agentes de autoridade fazendo com que estas sejam negativas (Leiber et al., 1998)

As circunstâncias sociais têm algum peso na imagem que os/as jovens formam sobre as polícias assim como as circunstâncias individuais. Sendo que os contactos sociais apenas pioram as perceções já existentes e já formadas enquanto as circunstâncias sociais modelam essas mesmas perceções (Leiber et al., 1998).

Quanto aos critérios referentes à polícia na camada mais jovem, estes/estas têm em atenção as interseções desagradáveis com esta. É de esperar que quando os/as jovens têm conhecimento ou até observam experiências negativas com policiais comecem a adotar comportamentos negativos para com estes (Hurst et al., 2000)

Alguns estudos indicam que basta apenas um contacto menos favorável para que a forma como os/as jovens percecionem os agentes de autoridade possa ser influenciada (Dirikx et al.,). Há uma ligação corroborada em estudos, em que caso um jovem tenha tido um contacto menos favorável com os/as agentes de autoridade é bastante provável que venha a desenvolver uma perceção negativa, sendo que não se encontra nenhuma diferença ou uma melhor perceção nos casos em que tenham tido contactos positivos (Hurst e Frank, 2000).

Jovens vulneráveis e que tenham experienciado violência policial irá influenciar a forma como estes jovens vêem e percecionam a figura do polícia e a qualidade do seu trabalho (Cardia, 2003 como citado em Bottrell, Coelho & Pessoa, 2017, p.12). Os/as

jovens que já tiverem em contacto com o sistema prisional tendem a ter comportamentos mais hostis com os/as agentes de autoridade ao contrário dos que nunca tiveram este tipo de contacto (Dean, 1980; Jacob, 1971; Smith & Hawkins, 1973 como citado em Brick, Taylor & Esbensen, 2009).

Quanto à variável da segurança, quanto mais segurança tiverem nos agentes de autoridade maior a probabilidade de as perceções sobre estes serem positivas, assim como por outro lado quanto melhor são as perceções maior a segurança nos/as agentes de autoridade (Ho & McKean, 2004).

### **3.1.6 Comunicação Social**

Por fim uma variável bastante importante na perceção que os cidadãos têm sobre os/as agentes de autoridade é o papel da comunicação social. Sendo que as notícias transmitidas são capazes de sugestionar e ter um efeito negativo na perceção (Ashcroft, Daniels & Hart, 2003). As notícias referentes aos agentes de autoridade que são divulgadas pelos meios de comunicação têm uma imensa influência na imagem que será percecionada pela população (Pais, Felgueiras, Rodrigues, Santos & Varela, 2015).

Se “a enorme quantidade de informação em circulação e, sobretudo, a diversidade de meios tecnológicos atualmente disponíveis se por um lado democratiza o acesso a conteúdos, por outro torna mais problemática a sua fiabilidade” (Pais et al., 2015, p.495).

Os meios de comunicação social podem de alguma maneira formar perceções quando toca aos agentes de autoridade e à instituição a que pertencem. Acabando por sugestionar pareceres sobre estes mesmos (Callanan & Rosenberger, 2011).

Segundo Callanan & Rosenberger, foi encontrado que pessoas que viam conteúdo relacionado com crime tinham as suas perceções menos influenciadas do que pessoas que tivessem tido contacto com criminalidade e com o sistema.

Na falta de experiências com as forças de segurança aqui entra a grande influência da comunicação social na criação das perceções destas pessoas (Callanan & Rosenberger, 2011).

Seria ideal então que a instituição policial conseguisse construir uma boa relação com os meios de comunicação social (Callanan & Rosenberger, 2011).

## **II– Estudo empírico**

### **1.Plano de investigação**

#### **1.1 Métodos**

O objetivo geral desta investigação foi perceber a relação entre os/as jovens institucionalizados e não institucionalizados e os/as agentes de autoridade. E como objetivos específicos: 1) Compreender a perceção dos/as jovens em CE sobre os/as agentes de autoridade; 2) Analisar a diferença entre as perceções dos/as jovens em centros educativos e dos/as jovens em contexto comunitário; 3) Perceber qual a opinião dos/as agentes de autoridade sobre os/as jovens; 4) Perceber se o contacto que estes jovens tiveram com a polícia influencia a sua perceção sobre os mesmos.

Foi elaborada então a pergunta de partida sendo esta: Qual a perceção dos/as jovens internados em centros educativos e jovens em contexto comunitário sobre os/as agentes de autoridade assim como a perceção dos agentes de autoridade sobre os jovens?

Neste seguimento foram elaboradas algumas hipóteses exploratórias de investigação, que procurarão, aqui, antecipar uma resposta para o problema da investigação. As hipóteses elaboradas foram: H1: A perceção dos/as jovens institucionalizados sobre os/as agentes de autoridade é negativa ; H2: A perceção dos/as jovens não institucionalizados sobre os/as agentes de autoridade é positiva; H3: O facto de os/as jovens institucionalizados terem mais contacto com os/as agentes de autoridade leva-os/as a uma perceção mais negativa; H4: A perceção dos/as agentes de autoridade em relação aos jovens institucionalizados é negativa; H6: Ter antecedentes criminais altera a perceção que os/as agentes de autoridade têm desses jovens ; H7: Quanto maior o contacto dos/as jovens com os/as agentes de autoridade maior a perceção negativa que têm destes.

Para alcançar o objetivo da investigação foi utilizada uma metodologia qualitativa, que tem como objetivo “investigar ideias, de descobrir significados nas ações individuais e nas interações” partindo do ponto de vista dos sujeitos participantes do estudo (Coutinho, 2016, p.28). Esta metodologia utiliza o método indutivo, em que se procede inicialmente à recolha de dados e daí se constrói a teoria acerca do fenómeno que se pretende estudar (Coutinho, 2019). Neste quadro, o paradigma mais adequado é o interpretativo que tem como finalidade a compreensão, significado e ação (Coutinho, 2019, p.17). Tendo como base o método indutivo, que nos permite uma visão holística sobre o fenómeno em estudo.

## **1.2 Procedimentos e desafios éticos da investigação**

Para a concretização deste estudo, foi necessário a realização de alguns procedimentos, de forma a que fossem respeitados todos os princípios éticos, nomeadamente a obtenção de autorização, por parte do Comando Metropolitano do Porto da Polícia de Segurança Pública, para que fosse possível realizar as entrevistas aos/às agentes. Para esta tarefa foi enviado um ofício acompanhado do projeto de investigação, para a análise pelos responsáveis do Comando.

No seguimento da autorização foi necessário a elaboração e assinatura de um compromisso de honra, no qual me comprometi em que as informações retiradas das entrevistas iriam ser apenas utilizadas para o estudo em questão. Juntamente com este documento foi elaborado e enviado um consentimento informado com objetivo de salvaguardar as questões éticas e confidencialidade das declarações dos agentes.

O Comando Metropolitano do Porto respondeu positivamente à possibilidade de realização do estudo, salvaguardando que a participação dos/as agentes seria em regime de voluntarismo. Foram contactadas, via email, as várias esquadras da PSP da zona do Porto. Onde Obtivemos resposta por parte de quatro esquadras.

No que respeita aos jovens, enviamos um pedido de autorização à Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) para a realização de entrevistas a jovens internados em Centro Educativo. Obtivemos autorização para entrevistar os jovens de um CE da zona norte. Para entrevistar jovens em contexto comunitário, foi estabelecido contacto com um Projeto do Programa Escolhas, também da zona do Porto.

No processo da entrevista foi dada toda a informação sobre o estudo para que os/as participantes estivessem cientes dos objetivos da investigação. Neste contato foi estabelecido um compromisso com as questões de confidencialidade, salvaguardando a privacidade dos indivíduos. Este documento foi lido e assinado por todos os entrevistados, foi igualmente solicitada a permissão para a gravação da entrevista (Ver anexo 1). Quanto aos/às jovens entrevistados, por alguns deles serem menores de idade foi necessário salvaguardar essas questões. Sendo que os/as jovens em contexto comunitário por estarem inseridos no projeto essas questões estão desde logo salvaguardadas, por outro lado nos jovens de centro educativo o diretor não levantou qualquer oposição.

Nesta amostra, os jovens no início da entrevista depois de esclarecidos os objetivos e quaisquer dúvidas existentes, tiveram a opção de escolha na colaboração ou não na investigação.

Este processo de seleção de entrevistados, especificamente agentes de autoridade e jovens integrados em Centros Educativos, foi um processo bastante burocrático com a obrigatoriedade de solicitar autorizações a entidades superiores, que originaram respostas demoradas. Esta demora, aliada a um segundo confinamento do COVID-19 que se estendeu até Abril, levou a que as entrevistas necessárias para o estudo fossem realizadas tardiamente o que atrasou a investigação. O facto de os/as entrevistados terem que colaborar voluntariamente levantou alguns entraves à marcação das entrevistas com os/as agentes de autoridades que se recusaram na sua grande maioria a colaborar. Apesar das entrevistas terem sido antecipadamente marcadas com dia e hora, estas por vezes não se realizaram por falta de comunicação entre os elementos das esquadras. De salguardar que todos os/as agentes que colaboraram neste estudo apresentaram disponibilidade para a entrevista.

Outro constrangimento foi a fase que ainda hoje vivemos de Pandemia/Covid-19 que durante a realização desta investigação se veio a demonstrar como uma dificuldade acrescida. Obrigando a repensar todo o trabalho de campo, pois era necessária ter em consideração as orientações da Direção Geral de Saúde em vigor, dificultando nas próprias instituições a logística da realização das entrevistas. Por exemplo nos Centros Educativos as entrevistas foram sendo adiadas, não tendo os jovens assinado o consentimento informado (tendo sido de forma oral) devido a proibição de troca de documentos em papel.

### **1.3 Caracterização da amostra**

Neste estudo contou-se com diferentes amostras de participantes, os/as jovens e os/as agentes da autoridade.

Em relação aos jovens a cumprir medida de internamento no Centro Educativo, foram entrevistados oito (8) jovens do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos (1 jovem com 14 anos, 2 jovens de 15 anos, 3 jovens com 16 anos, 1 jovem de 17 e outro de 18). Todos os jovens da amostra frequentavam a escolaridade obrigatória, sendo na sua maioria naturais de zonas fora da área metropolitana do Porto.

Os jovens em contexto comunitário e integrados no Projeto do Programa Escolhas (projeto esse que visa proporcionar a inclusão social de crianças e jovens com certos fatores de risco), constituíram uma amostra de seis (6) jovens, 2 do sexo feminino e os restantes do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 12 e os 15 anos (1 jovem

de 12 anos, 1 de 13, 3 jovens de 14 e 1 jovem de 15 anos), a frequentar a escolaridade obrigatória.

No que respeita à amostra referente aos/às agentes de autoridade, foram entrevistados: sete agentes da Esquadra 1, um da Esquadra 2, sete da esquadra 3 e sete na esquadra 4, num total de 22 agentes. Dois do sexo feminino e os restante do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 32 e 58 anos. Destes 22 agentes, 6 pertenciam à Escola Segura, 1 dos Gabinete de Apoio à Vítima e os restantes agentes de patrulha.

Em qualquer um dos grupos, optou-se por uma amostra de conveniência, em que escolhemos um “grupo intacto” (Coutinho, 2019, p.98), neste caso, os seis jovens internados num Centro Educativo, os/as oito jovens em contexto comunitário e os/as 22 agentes de polícias das esquadras que responderam positivamente à solicitação de participação. Sendo que os/as participantes teriam de se voluntariar a participar no estudo. Tendo em consideração o momento de pandemia e os diversos confinamentos decretados pelo governo em detrimento da não realização das entrevistas e do trabalho de campo, optou-se inicialmente pela colaboração das esquadras existentes numa zona específica da zona do Porto, alargando este âmbito caso fosse necessário.

Apenas na amostra dos/as jovens é que foram estabelecidos critérios de inclusão, a saber: ter idade entre os 12 e os 18 anos e sem a presença de problemas psicopatológicos ou atraso desenvolvimental que o impeça de perceber ou responder às perguntas.

#### **1.4 Instrumentos de análise e recolha de dados**

Quanto à recolha de dados, foi utilizada a técnica de entrevista com guião semiestruturado, com opção de gravação, esta escolha prendeu-se com a possibilidade de haver uma captação de informação mais específica e pormenorizada (Coutinho, 2019). Na sua concretização, foi elaborado um guião com perguntas no sentido de orientar a entrevista, e possibilitar ao/à entrevistado/a um discurso livre (Coutinho, 2019), como forma de recolher o máximo de informação.

Para os dois grupos de jovens foi utilizado o mesmo guião de entrevista, de forma a que pudéssemos comparar as respostas dadas. No guião de entrevistas feito aos jovens as grandes ideias implícitas foram tentar perceber as suas opiniões gerais da polícia tentando aqui perceber se os jovens conheciam efetivamente o trabalho policial e o que achavam deste, tentamos igualmente perceber qual a sua relação com a polícia sendo que

aqui tentamos entender qual a percepção sobre o trabalho policial. Por fim tentamos compreender que tipo de contactos tiveram com os agentes de autoridade, percebendo se estas experiências foram positivas ou não (Ver Anexo 3).

No caso das entrevistas aos/às agentes de policia utilizamos igualmente entrevista, com um guião adaptado à informação que queríamos recolher para responder aos objetivos de investigação. No guião de entrevistas feito aos/às agentes de autoridade as grandes ideias implícitas foram tentar perceber as sua experiência profissional principalmente se a formação destes agentes era a ideal para lidar com jovens, tentamos igualmente saber qual a sua experiência pessoal com este público assim como perceber qual a relação atual entre jovens e polícia (Ver anexo 2).

Apesar de as perguntas serem distintas do guião dos jovens, pretendeu-se que alguns blocos/ questões tivessem interligação para se poder cruzar, como por exemplo se os/as agentes consoante algumas características diferem o seu tratamento, como acham que atualmente é a relação polícia-juventude, como os/as jovens se sentem na presença da policia e se estes têm confiança nos profissionais.

A utilização deste tipo de instrumento, nesta investigação, gerou uma grande “quantidade de informação descritiva que necessita de ser organizada e reduzida por forma de possibilitar a descrição e interpretação do fenómeno em estudo” (Coutinho, 2019, p. 216). Neste estudo utilizei a análise de conteúdo para proceder ao tratamento e análise de dados. Tratando-se de “um conjunto de técnicas que permitem analisar de forma sistemática um corpo de material textual, por forma a desvendar e quantificar a ocorrência de palavras/frases/temas considerados “chave” que possibilitem uma comparação posterior (Coutinho, 2019, p.217), primeiramente procedeu-se à transcrição das entrevistas para poder trabalhar com a informação recolhida e, posteriormente, proceder à análise de conteúdo através da criação de categorias e subcategorias de forma a conseguir angariar o máximo de informação de forma mais organizada – grelha de categorização (Coutinho, 2019) (Ver anexo 4 e 5).

É necessário realçar que na análise dos dados recolhidos em todas as entrevistas de modo a salvaguardar a confidencialidade e manutenção do anonimato dos entrevistados em ambos agentes de autoridades e jovens, foi criado uma designação de código, por amostra, com o número de entrevistado (EA), sexo (F/M) e idade (55).

## 2. Análise dos resultados

### 2.1 Análise dos dados Polícia

Com o intuito de perceber a percepção que os/as agentes de autoridade têm sobre esta relação polícia-juventude, realizaram-se, então, entrevistas semi-estruturadas, a 22 agentes de autoridade, 20 polícias do sexo masculino, 2 do sexo feminino. E os resultados recolhidos podem-se dividir em três grandes grupos: 1) Experiência Profissional 2) Experiência com os jovens e 3) Relação entre jovens e polícia.

#### 1) Experiência Profissional

Neste tema sobre a experiência profissional iremos abordar primeiro o percurso profissional dos/as agentes de autoridade seguindo-se a identificação das principais problemáticas que estes têm de lidar como consequência da sua profissão. Tentamos ainda entender do ponto de vista dos/as agentes sobre as funções atuais da polícia. Por último, neste tema, tentamos compreender se na perspetiva dos/as agentes de autoridade a formação que têm é a mais adequada para lidar com a delinquência/jovens em risco assim como que melhorias poderiam ser feitas.

Na categoria “Percurso Profissional” todos/as os/as entrevistados/as passaram pela Escola Prática de Polícia em Torres Novas, sendo que, posteriormente, quase todos/as os/as entrevistados/as da amostra (20/22<sup>1</sup>) foram inicialmente trabalhar para a capital, sendo que passado uns anos regressaram para o norte e ingressaram em esquadras no distrito do Porto: *“Passei pela escola de alistados em Torres Novas. Depois fui para Lisboa... Regressei ao Porto ...”* (EA, F, 55 anos).

Na categoria “Principais problemáticas que têm de lidar”, os/as entrevistados/as que realizam trabalho de patrulha normal identificaram como principais problemáticas, o ruído, problemas associados a consumos de álcool, furtos, agressões, violência doméstica e desavenças familiares *“Ora bem, problemas? Nem lhe sei dizer? Ruídos, violências domésticas, álcool”* (EB, M, 45 anos). Os problemas são sentidos com mais ou menos intensidade com base nos núcleos de intervenção onde os/as agentes estão integrados.

---

<sup>1</sup> Deve ler-se: 20 entrevistados/as em 22 entrevistas realizadas.

Os que estão associados à Escola Segura (6/23), as problemáticas referidas foram as toxicodependências entre jovens “*As principais problemáticas como polícia... Assim neste momento, provavelmente terá mais a ver com a toxicodependência a nível dos jovens*” (EM, M, 48 anos), o aumento da delinquência juvenil “*Ora bem hoje em dia (...) devido aos problemas que o país está a atravessar, a delinquência juvenil é um fenómeno que tem vindo aumentar de dia para dia*” (EL, M, 45 anos) e os conflitos entre jovens “*No meu serviço atual é os comportamentos não assertivos por parte dos jovens já que o meu serviço é a escola segura*” (ER, M, 43 anos).

Houve também alguns/as entrevistados (3/22) que referiram que as problemáticas sociais que tinham de lidar eram também referentes a situações externas com a polícia, como por exemplo, a forma como a sociedade olha para a Polícia, “*as pessoas vêem a polícia como um bicho mau...*” (EE, M, 46 anos); a falta de comunicação com outras instituições e a falta de bom senso que, segundo EK: “*resolve 90 por cento dos casos e a falta de bom senso da parte do cidadão é terrível*” (M, 49 anos).

Na categoria “Formação direcionada para a delinquência juvenil”, quase metade dos agentes entrevistados/as (12/ 23) sendo que destes 12, 4 agentes estão inseridos no programa Escola segura, e outro/a no gabinete de Apoio à vítima consideram ter formação adequada, mas que haveria espaço para melhorar: “*A formação dada pela Polícia podia ser melhor, mas, eles têm investido alguma coisa, de 3 em 3 anos temos formação. Depois vem é o senso comum e a experiência do dia-a-dia*” (ED, M, 46 anos).

Dez dos agentes entrevistados/as, pelo contrário, referiram que a formação que têm não é de todo adequada, que se baseia na formação que tiveram na escola e depois pela experiência profissional do dia-a-dia: “*É assim a formação neste momento é assim, é a formação que tivemos de base é na escola e depois a formação nesse caso é experiência profissional, a nível da instituição não temos, não temos tido muita formação nesse âmbito, há uma ou outra formação, mas que a meu ver é insuficiente*” (EL, M, 45 anos).

Ainda dentro da Categoria “Formação direcionada para a delinquência juvenil”, foram questionados/as sobre as melhorias que poderiam ser feitas nessa formação, foi unânime que seria fundamental haver uma melhoria na formação mais direcionada para os jovens. A maior parte deles/as (13/22) referiram, também, que essa melhoria poderia ser feita através de mais formação: “*Formação...porque são abordados se calhar na formação no curso muito superficialmente, mas é quase nula...*” (ET, M, 32 anos) e mais ações de

sensibilizações: *“Tudo, devia haver mais ações de sensibilização para nós, nós polícia” (EG, M, 39 anos).*

Diversos (4/22) agentes referiram que essa melhoria poderia não passar diretamente pela instituição policial, mas sim por outras instituições externas que muitas vezes do ponto de vista destes/as não fazem o seu trabalho como deveriam como por exemplo CPCJ’s: *“Não passa pela polícia se calhar. Nós podemos ser uma alavanca, mas depois, podemos intervir, mas depois não há instituições que façam apoio, cpcj’s e isso é basicamente tanga, pelo que a gente se apercebe digo eu, posso estar enganado” (EH, M, 44 anos),* assim como na própria educação dos/as jovens *“Melhorar pode-se melhorar sempre, é assim a gente vai tendo também algumas formações agora cada vez é mais difícil porque isto, os jovens é um risco, vem logo de casa” (ES, M, 41 anos).*

Ao contrário da maioria, alguns/as agentes mencionaram que mais formação não era a melhor opção pois ao haver ações de formação isso iria fazer com que houvesse menos polícias ao serviço acabando por ser prejudicial, mostrando assim uma falta de efetivos. A proposta destes entrevistados/as passaria por tornar a formação da EPP (Escola Profissional de Polícia) mais abrangente *“Mais formações é um bocado complicado e a instituição em si... ao retirarmos um elemento de uma esquadra já diminuir o efetivo...O curso em si, na instrução da Escola Prática aí é que podia haver ou ser maior em termos de meses e abranger essas temáticas, não se abrange nada disso” (EE, M, 46 anos).* Por outro lado, a formação não é relevante porque muitas vezes vai depender da personalidade de cada agente: *“Poderia melhorar. Mas acho que isso tem haver com cada um de nós não é, cada um de nós independentemente da formação que recebe tem a sua própria forma para lidar com determinada situação” (EK, M, 49 anos).*

Ainda foi referido por um agente que há uma falta de “investimento” neste tipo de setores, como a escola segura: *“Por isso agora se a polícia apostasse de facto neste serviço como um serviço efetivo e imprescindível aí sim fazia sentido haver mais formação. Neste caso a nossa formação vem com a prática” (ER, M, 43 anos).*

Na categoria “Função da polícia”, para a alguns dos/as entrevistados (5/ 23), as funções da polícia são cada vez mais diversificadas, mas muito orientadas para a prevenção e a segurança: *“As funções da polícia é prevenir, basicamente, prevenir e prevenir e quando tem de atuar, atuar para evitar quando alguma coisa esta acontecer” (EH, M, 44 anos).*

E apesar de a polícia ter cada vez mais funções, é de referir que segundo alguns entrevistados/as (3/22) há uma grande falta de meios materiais; *“Cada vez mais, temos mais competências, muitas mais competências. E não temos recursos humanos e materiais para tomar conta das coisas”* (ED, M, 46 anos; legais e de poder para concretizar os objetivos pedidos: *“Eu acho que a polícia tem funções bem definidas, depois não tem é as ferramentas adequadas em termos legais para as poder colocar em prática”* (EK, M, 49 anos).

Ainda referente à função da polícia, foi mencionado a forma negativa como os/as agentes consideram que a sociedade os vê: *“Os problemas é que cada vez mais assistimos que a sociedade não vê com bons olhos a polícia, há uma grande franja da sociedade que entre aspas “anti polícia, anti legalidade”* (ED, M, 46 anos). Sendo que esta opinião negativa pode advir da forma como a comunicação social retrata a polícia em que na opinião dos/as entrevistados apenas mostra as notícias “más” proliferando essa ideia para o resto da população: *“Deve ser do seu conhecimento e do conhecimento em geral ou mesmo através por causa da comunicação social, dos órgãos de comunicação social. O papel da polícia não é muito preponderante na atuação dos comportamentos da sociedade. Até porque questionada a toda a hora, é posta em causa, é reprovada a toda a hora, mas só mesmo por quem de facto não conhece o serviço policial”* (ER, M, 43 anos).

Quando se questiona sobre a função da polícia atualmente comparando com anos anteriores, os/as agentes são unânimes em afirmar que há uma grande diferença entre o que é hoje e o que era antes, referindo que as funções da polícia são cada vez mais e mais abrangentes: *“Eu acho que cada vez mais a função policial, existe ... cada vez mais a polícia é obrigada a fazer coisas que não fazia antigamente, essas questões sociais que antigamente nós não fazíamos tanto e hoje em dia vê se mais, situações sociais”* (EB, M, 45 anos).

Nos/as entrevistados, a mudança de funções ao longo dos tempos suscitou opiniões diferentes, variando desde opiniões de que as funções foram melhorando *Melhorou, a esse nível melhorou* (EG, M, 39 anos), aumentando e trazendo mais exigência: *“Aumentaram, aumentaram porque o nível de exigência é maior, muito maior”* (EH, M, 44 anos) e por outro lado, outros/as entrevistados referem que devido a estas mudanças já não reconhecem a polícia atual, sendo que esta se foi adaptando à sociedade atual: *“Muito, isto não é uma mudança, eu se calhar pela negativa esta já não é a minha polícia já me sinto ultrapassado em muitas questões que eram inconcebíveis na altura que entrei para a polícia e agora estão banalizadas e temos de no adaptar a elas ...”* (EP, M, 58 anos).

## 2) Experiência com os jovens

Neste tema iremos abordar vários assuntos ligados à experiência da polícia com os/as jovens. Numa primeira parte trabalhamos as ocorrências para que são chamados para a intervenção com as camadas mais jovens e quais são as razões destas chamadas. Noutra parte e com base na experiência dos/as agentes, se estes/as jovens envolvidos nestas ocorrências poderão ter um perfil comum ou não. Numa terceira parte tentamos perceber como é que estes/as polícias olham para os jovens de hoje em dia, pedindo que os caracterizem. Por último, solicitamos que contassem experiências que tenham tido envolvendo as camadas mais jovens.

Na categoria “Ocorrências com os jovens”, foram questionados/as sobre as causas dessas ocorrências, as mais referidas foram problemas com álcool, agressões, furtos: *“Aqui nesta área ...são agressões entre jovens, são furtos, ou roubos” (EA, F, 55 anos)*; roubos, ruído, drogas e vandalismo: *“Agressões, consumo de estupefacientes, atos de vandalismo, dentro dessas 3 vertentes” (EF, M, 50 anos)*;

Mas também foram mencionadas outras razões como consequências da má utilização da Internet: *“Na minha experiência se for da Escola Segura... 60 % das ocorrências que eu tenho nas escolas advém da má utilização da Internet...” (ED, M, 46 anos)*; a falta de civismo, a má educação: *“Falta de civismo que há, e não respeitar as regras da sociedade... acham que estão acima da lei, pensam que só por serem jovens não são criminalizados, principalmente aqueles de 16 anos, que nada lhes acontece, tentam sempre estar à parte da regra da sociedade” (E, M, 46 anos)*; e também distúrbios familiares: *“Quando é com jovens ou é devido ao mau relacionamento com os pais, as vezes também há nas escolas, mas estou a falar no meu caso é má relacionamento com os pais... a relação é um bocadinho disfuncional” (EG, M, 39 anos)*.

Quando questionados sobre o “Perfil destes jovens”, 15 agentes admitiram que havia um perfil comum (que seria marcado por uma faixa etária e estatuto social específicos (entre os 16 e os 20 anos, de meios desfavorecidos): *“Sim, são das camadas mais desfavorecidas da sociedade, aquelas pessoas que em casa que se calhar não têm o pai ou a mãe que os eduque ou que ocupem os tempos livres noutras atividades” (EE, M, 46 anos)*; *“Eu acho que se enquadrarmos numa idade no teor será entre os 16 e os 20 anos, os jovens são um bocadinho mais instáveis ...” (EO, M, 39 anos)*; e por problemas de índole familiar (famílias disfuncionais e problemas familiares): *“Eu acho que sim... os jovens e as crianças, se formos a esmiuçar bem aquele agregado familiar ... há exceções, mas vamos sempre encontrar qualquer coisa que no meu entender leva a esse desvio” (EN, F, 44 anos)*;

Outros/as 7 agentes pelo contrário negaram haver esse perfil comum:

*“Os problemas não escolhem idade nem a estratificação social, existem em todas as idades e em todas as estratificações sociais...Não escolhe, há de todos os tipos, para todas as idades e a polícia leva com todas” (EK, M, 49 anos);*

Quando questionados/as para caracterizar a juventude atual, todos/as os/as entrevistados/as de uma certa forma caracterizaram a juventude de uma maneira negativa. Utilizando maioritariamente adjetivos para descrever a juventude como diferente do antigamente, imaturos, inconsequentes, irresponsáveis, sem valores, falta de educação, rebeldes, egoísta, complicados, agressivos, e absorvidos pelo consumismo: *“Imaturos, irresponsáveis, lembro-me dessas duas. Inconsequentes” (EB, M, 45 anos);* mas também como mais evoluídos e mais informados: *“...acho que os jovens de hoje em dia são muito mais evoluídos na minha opinião, têm mais estudos que antigamente...” (EA, F, 55 anos).*

Quanto à partilha de experiências com jovens, muitos dos/as entrevistados/as disseram que não tinha nenhuma em especial ou não se lembravam (13/22). Aqueles que referiram (6/22), relataram algumas experiências negativas onde normalmente a interação com os/as jovens não correu bem: *“Não faço ideia. Há experiências tristes, é aquela de retirada de crianças aos ... custa bastante, é um bocado triste, essas coisas mais complicadas. E depois situações de violência doméstica, as crianças depois acabam por ser vítimas por vingança e revolta um bocado, mas é comer e calar” (EH, M, 44 anos).* Outros/as (3/22), pelo contrário, relataram experiências positivas onde a interação jovem/agente criou uma experiência positiva podendo de certa forma criar uma boa relação de confiança: *“Sim se calhar uma que deu resultado ou algum resultado...” (EQ, M, 45 anos)*

### 3) Relação com os jovens

Nesta última parte tentamos trabalhar e perceber a relação dos/as agentes de autoridade com os/as jovens, considerando o ponto de vista dos/as agentes de autoridade e de que forma os/as jovens os percebem. Tentando descobrir quais as razões para algumas dessas percepções serem negativas.

Num primeiro ponto ainda ligado a esta relação pedimos então que nos tentassem descrever esta relação polícia-juventude.

Num segundo ponto tentamos perceber com base nas experiências destes/as agentes se haveria diferenças de tratamento caso se tratasse de um jovem/adulto, rapaz/rapariga, bairro social/ou não e tendo em conta a etnia. Numa quinta parte tentamos

perceber se na opinião dos/as agentes de autoridade como é que os/as jovens se sentem na presença destes, assim como tentar perceber o grau de cooperação destes jovens.

Consequentemente quisemos perceber se os/as polícias entrevistados achavam que um contacto negativo com a polícia podia num futuro ter consequência negativas no jovem.

Por último achamos importante entender se se a atuação policial com os/as jovens é adequada e quais os aspetos a melhorar.

Na Categoria “Caracterização da relação Policia-Jovem”, alguns/as agentes (5/23) caracterizaram esta relação de uma forma bastante positiva, dizendo que a relação no geral é boa: *“Acho que é uma boa relação no geral...”* (EA, F, 55 anos); mas dependente de alguns fatores nomeadamente do tipo de atuação : *“Isto é, depende muito do tipo de atuação que a gente tenha e do que é que se trata...”* (EP, M, 58 anos); da zona de residência: *“Depende das zonas, não podemos falar de uma forma geral. Por exemplo há em cidades, há meios em que o relacionamento é razoável, até é bom e depois há outros meios complicadíssimos. Portanto nós vemos por exemplo vamos ali ao Porto aqueles bairros sociais é obvio que um jovem que cresce ali naquele meio está mal habituado...eles já têm aquele preconceito relativamente às forças de segurança, não há hipótese...”* (ES, M, 41 anos).

Dos/as sujeitos que caracterizaram esta relação no aspeto negativo (10/22), caracterizaram-na como uma relação tensa, controversa, difícil, turbulenta e provocatória e apenas dos jovens para com a polícia: *“Acho que cada vez é mais controversa, lá está na relação dos direitos e dos deveres de um jovem não querer cumprido...”* (E, M, 46 anos);

Quando questionados sobre qual seria a visão dos/as jovens sobre os/as agentes de autoridade, perante as respostas dadas poderemos dividi-las em 3 categorias:

Uma minoria de agentes (2/23) que considera que os/as jovens olham para a polícia de uma maneira positiva tendo uma relação de confiança e de cooperação: *“Acho que já tiveram uma ideia mais errada da polícia, acho que com as novas gerações da polícia começam a ter uma interação melhor com eles”* (ET, M, 32 anos);

Os/as que consideram (8/23) que esta visão pode depender de alguns fatores como por exemplo: depender do/a jovem em si, se já estão envolvidos comportamentos delinquentes: *“E múltiplas e mais variadas formas, depende dos tais jovens ... depende do escalão em que eles se encontram, em termos de criminalidade”* (EK, M, 49 anos); e se estão

em grupo: *“Depende ... há outros que também junto dos seus pares também vêm a polícia como um desafio...”* (EN, F, 44 anos).

E uma maioria (12/23) que classificou a visão dos/as jovens como negativa, vendo a polícia como o inimigo e como um repressor: *“É assim uma grande parte, a maior fatia vê a polícia como o repressor ...E eles hoje em dia mesmo por causa dos meios de comunicação, facebooks, o que dá na comunicação social muitas vezes notícias deturpadas eles olham para o polícia como inimigo atualmente.”* (EM, M, 48 anos).

Quando se perguntou quais as razões destas percepções negativas, as mais mencionadas foram quatro: As redes sociais/ meios de comunicação social pois hoje em dias os/as jovens passam bastante tempo nas redes sociais e tudo o que lhe está associado, servindo estas muitas das vezes para denegrir e expor situações de ações policiais que muitas vezes são vistas como exageradas: *“Muitas vezes os vídeos que são publicados nas redes sociais onde só tentam denegrir a polícia, muitas vezes a polícia está a fazer o seu trabalho...”* (EQ, M, 45 anos); os maus contactos/más abordagens da parte dos próprios/as agentes que poderão vir ter impacto nos jovens e nas suas percepções: *“A nossa atuação inicial como polícia vai determinar todo o decurso daquela situação...”* (EO, M, 39 anos); a falta de educação/regras e de valores foi também várias vezes mencionado: *“Há uma coisa que falha é a educação em casa, porque os pais não podem dar uma coisa aos filhos que não têm”* (ED, M, 46 anos);

Foi também referenciado que estas visões mais negativas podem ter como influência: as percepções igualmente menos positivas dos grupos de pares/família: *“As companhias, a família, porque há família problemáticas em que os pais já não gostam da polícia...”* (EK, M, 49 anos); o desconhecimento do trabalho da polícia: *“Não conhecem a polícia, não tem informação ...”* (EF, M, 50 anos); assim como a percepção que a sociedade tem sobre a polícia: *“...a sociedade em geral tem o estigma de dizer que a polícia é má, mas isto é a sociedade em geral e isso cria repercussões nos jovens, simples”* (EG, M, 39 anos).

Na Categoria sobre “Diferenças de tratamento”, a maioria dos/as entrevistados (19/22), afirmaram que para além do que está escrito na lei, quando se trata da abordagem/atuação há sim uma diferença de tratamento: *“É assim eu penso vou falar por mim, se eu me vou dirigir a um jovem, a minha atuação terá que ser, ou deverá ser, um bocadinho diferente, porque eu quando me dirijo a um adulto, ele tem já perspetivas diferentes...”* (EA, F, 55 anos). Pelo contrário, apenas 3/22 sujeito negaram esta diferença de tratamento dizendo que todos os seres humanos são iguais devendo ser tratados dessa mesma forma: *“Eu acho*

*que não, para mim um ser humano é um ser humano, independentemente da idade que tenha, claro que o respeito é mútuo e recíproco e só existe como tal” (EK, M, 49 anos).*

Quando questionados sobre a possibilidade de haver uma diferença de tratamento quando se trata de uma rapariga ou rapaz as opiniões foram bastante divididas, houve sujeitos (8/22) que afirmaram que sim, que haveria uma diferença de tratamento, dizendo que por ser do sexo feminino têm de ser tratadas de maneira diferente, sendo que estas normalmente têm um comportamento mais calmo e pacato: *“Sim, acho que sim. As raparigas são conotadas como muito mais calmas não tão problemáticas com os rapazes quando estão em grupo...” (EO, M, 39 anos).* Pelo contrário, houve entrevistados/as (14/22) que refutaram esta ideia de que haveria uma diferença de tratamento, dizendo que tratam todos/as de uma maneira igual: *“Hm não, penso que não. Nem elas, nem as meninas se sentem inferiorizadas ou superiorizadas, nem os rapazes, é igual...” (EQ, M, 45 anos).*

Encontramos a mesma dispersão de respostas quando questionamos os/as agentes sobre se há diferenças de tratamento com jovens de bairros sociais. Houve dois (2/22) agentes que afirmaram esta diferença de tratamento, dizendo que mesmo que não queiram ter este tipo de preconceito, pela experiência, as pessoas que residem em bairros normalmente não obedecem às ordens da polícia, sendo que a polícia já sabe que tipo de atitudes esperar e adapta a sua ação tendo isto em conta: *“Mentalmente quando uma pessoa vai para essas situações já sabe o que vai dar. Porque por serem classes mais desfavorecidas em certa parte também os leva a não obedecer muito a regras da sociedade ...” (E, M, 46 anos);* Outros agentes negaram este tipo de diferenciação, mas referiram também que é nessas zonas onde estão criminosos e que deverão ir com mais cautela, mas que não é por isso que há diferenciação: *“Eu penso que não, mas é esta normalmente os delinquentes é nesses sítios bairros que vivem. Não quer dizer que nos outros lados não haja. Mas o tratamento não é” (EF, M, 50 anos);*

Por fim, foram abordadas as questões das diferenças raciais e étnicas sendo que a maior parte dos/as entrevistados (16/22), negou haver essas diferenças de tratamento, mas, referiam que esses indivíduos são os que mais problemas causam e que essas classes desfavorecidas são assim porque querem: *“Não. Embora quem cause mais problemas são esses indivíduos de etnia, causam mais problemas. Mas também há pessoas de bem dessas etnias” (EF, M, 50 anos);*

A reforçar a ideia anterior, a narrativa de que não há diferenças de tratamento, mas têm de ir mais resguardados, como se refere EH:

*“É a mesma coisa. Não é diferença de tratamento, são tratados da mesma maneira, porque a resolução dos problemas é igual para todos, a questão é a origem, como é que eu lhe hei de explicar, lá está temos de ir com mais pés a atrás. Indivíduos de etnia cigana e não sei quê depende, (...) temos de ir mais resguardados porque são indivíduos por norma mais conflituosos connosco. Mas a abordagem é igual” (EH, M, 44 anos).*

Interessante de salientar que houve quem mencionasse\_a existência de etnias mais cumpridoras: *“Acho que isso é um mito que querem criar e que se aproveitam desse pormenor da etnia e do racismo e não sei quê para inverterem as coisas a favor deles...” (EP, M, 58 anos);* mas que essa diferença depende da maneira como são recebidos: *“Depende também da forma como somos recebidos” (EN, F, 44 anos);* e de jovem para jovem: *“Nesses tipos de grupos jovens que gostam de falar com a polícia e com os jovens que não gostam ...” (EQ, M, 45 anos);*

Apenas três (3/22) entrevistados afirmam que realmente há uma diferenciação tendo em conta a etnia, mas referem que isso na teoria não pode acontecer, mas que na prática acontece: *“Politicamente não, mas há. Na prática tem de haver mesmo...Mas há uma franja dessas comunidades, dessas supostas minorias intragável mesmo...eu sou completamente a favor do não ao racismo, agora tem de haver coisa igual, se eles estão cá e eles são portugueses na mesma, nasceram cá, tudo bem estão cá, desde à seculos, mas têm de se cingir às regras....” (ED, M, 46 anos);* mas que com a experiência foi aprendendo a lidar com as pessoas, conhecendo a sua cultura, adaptando o comportamento e atuação: *“Há, quem lida por exemplo com pessoas de etnia cigana, tem a sua linguagem e a sua própria cultura, acabamos por aprender e conhecer a cultura assim como os costumes e aprendemos como reagem, temos uma abordagem mais defensiva, há uma adaptação que utilizamos face à experiência” (EU, M, 39 anos);*

Quando os/as agentes foram inquiridos/as sobre qual o sentimento dos/as jovens aquando na presença da polícia, 4 (4/22) dos/as entrevistados responderam que na sua opinião os/as jovens no geral se sentiam seguros na sua presença, sendo que 11 dos/as agentes entrevistados (11/22) disseram que esse sentimento poderia depender se estes jovens têm alguma coisa a esconder: *“Se tiverem coisas a esconder, intimidados, se não tiverem nada sentem-se à vontade” (ED, M, 46 anos);* ou se estão rodeados dos seus grupo

de pares: *“Depende do número, quando estão em grupos acham-se os maiores...”* (E, M, 46 anos).

Contrariando a opinião dos agentes atrás mencionados, (7/22) referiram que os/as jovens na sua presença se sentem constrangidos, ficam nervosos e não gostam da presença: *“Pois não sei se são experiências anteriores, acho que isto é tudo uma questão de educação... mas ficam sempre nervosos quando normalmente têm alguma coisa com eles que os vai implicar...”* (EO, M, 39 anos); e muitos deles utilizam isto para se enaltecer: *“...acho que se querem enaltecer por norma acho que é um dos problemas da juventude é que querem se fazer de mais fortes a beira dos outros”* (EJ, M, 53 anos);

Quando questionados se os/as jovens respeitam e cooperam com os/as agentes de autoridade, os/as entrevistados dizem que na maioria sim tirando algumas exceções dependendo de jovem para jovem, dependo do contexto onde socialização, da sua educação: *“De uma forma geral sim, mas depois lá está depende do contexto em que são criados, depende há muitos jovens.”* (ES, M, 41 anos); e quando não seja nada relacionado diretamente com eles e que não possa comprometer: *“É outra resposta complicada, se forem pelo bem como uma coisa que não interfira com eles colaboram, ajudam, eles próprios vão tentar descobrir alguma coisa, se for alguma coisa que os envolva já não colaboram. Então depende desses dois mundos”* (EP, M, 58 anos).

Pelo contrário houve agentes (3/22) que dissessem que isso não acontece, que os/as jovens têm bastante dificuldade em cooperar com os/as agentes de autoridade sendo um bom exemplo a situação que vivemos atualmente: *“Já cooperaram mais...há muita dificuldade cada vez há mais dificuldade em que a gente consiga com que os jovens cumpram determinadas regras e determinadas leis, prontos. Que é o que a gente tem visto agora no caso da pandemia, tem sido muito complicado...”* (EM, M, 48 anos).

Abordada a possibilidade de um contacto negativo com a polícia trazer consequências negativas no futuro do/a jovem, a maior parte (16/22) dos/as entrevistados afirmou que uma intervenção mais agressiva ou mais brusca pode ter consequências como por exemplo fazer com que o/a jovem forme uma má perceção da polícia e numa próxima interação aja de maneira mais defensiva: *“Pode, se um jovem não fez nada é interpelado de uma forma agressiva, não vejo que no futuro possa olhar para a polícia com bons olhos...”* (EQ, M, 45 anos).

Para outros/as agentes, pelo contrário isso não acontece até porque hoje em dia os/as polícias sabem o que lhes pode acontecer caso tenham uma abordagem menos boa: *“...eu*

*não estou a ver atualmente não estou a ver, porque todos nós sabemos as consequências que sofremos caso isso aconteça...*” (EP, M, 58 anos); sendo que hoje em dia os/as jovens quando se deparam com essas situações percebem ou tentam compreender o porquê de o polícia reagir assim, até porque os/as polícia atuam consoante a informação que têm e muitas vezes essa informação pode estar deturpada da realidade: *“Eu acho que hoje em dia os jovens de uma geral não.... Mas um jovem quando cair na real também percebe porque é que se calhar um elemento agiu assim... porque muitas vezes vou agir mediante a informação que tenho”* (ES, M, 41 anos).

Quando questionados/as se atuação com os/as jovens era adequada ou não, todos os/as entrevistados afirmaram que sim. Há um protocolo e critérios de atuação que devem ser levados em consideração. Os/as entrevistados não descaram a importância de se implementarem melhorias, como diz C:

*“Melhorar pode-se sempre melhorar, isso é para isso e para todas a situações, acho que pode melhorar”* (C, M, 39 anos).

E apontam mudanças a vários níveis: consideram que a polícia não devia ser tão aberta, devia haver mais formação: *“É assim há sempre coisas a melhorar, há sempre coisas formação, haver abordagens mais pedagógicas, eu acho que há sempre...”* (EM, M, 48 anos); e continuar-se a apostar no recrutamento de pessoal mais jovem: *“Porque nós já com a minha idade, para além de já não termos a paciência que tínhamos, desconhecemos muito a maneira de funcionar da cabeça dos jovens atuais... (EP, M, 58 anos)”*.

## 1.2 Análise dos resultados das entrevistas com os/as jovens

Com o intuito de perceber a percepção que os/as jovens têm sobre esta relação aos agentes de autoridade, realizaram-se, então, entrevistas semi-estruturadas, a oito (8) jovens em Centro Educativo e seis (6) em Contexto Comunitário. E os resultados recolhidos podem-se dividir em três grandes grupos: 1) Opiniões gerais da polícia 2) Relação da polícia e 3) Contactos com a Polícia

### 1.2.1 Jovens de Centro Educativo

#### 1) Opiniões gerais da polícia

Neste primeiro tema, abordamos os jovens para tentar perceber as suas opiniões e o seu grau de conhecimento sobre a polícia e o seu trabalho. Tentamos perceber se sabiam ou não a função dos/as agentes de autoridade, o seu grau de importância e se na opinião a polícia realizava o seu trabalho de forma adequada. Numa segunda parte procuramos procurar na perspetiva dos jovens se a polícia discriminava no ponto de vista étnico e do estatuto social. Por último, tentamos entender se os jovens achavam que os/as polícias eram mais ou menos punidos que um cidadão normal.

Todos os jovens entrevistados demonstraram conhecimento sobre as funções atuais da polícia, atribuindo as funções de segurança: “*Manter a segurança das pessoas*” (A, M, 15 anos); proteger as pessoas: “*Na minha opinião o que ela faz é está a proteger a sociedade de várias coisas.*” (E, M, 16 anos); abordar as pessoas que estão a cometer erros, estabelecer regras: “*A função da polícia é meter as regras.*” (D, M, 16 anos) e travar a criminalidade: “*Parar o crime e ajudar as pessoas*” (F, M, 16 anos).

Sendo que todos concordaram que o papel da polícia na sociedade era importante, dizendo que o polícia evita bastantes conflitos “*Se não houvesse polícias não havia regras, andávamos por aí a matarmos uns aos outros*” (D, M, 16 anos). Mas sublinham que o papel da polícia é importante quando bem feito e quando não há corrupção: “*Sim... Tem a sua parte positiva e a parte negativa. Negativa é como eu digo os polícias mais corruptos que não sabem seguir a lei como deve de ser.*” (E, M, 16 anos).

Neste sentido, quando lhes pedimos para avaliar o trabalho da polícia, três jovens (3/8)<sup>1</sup> classificaram esse trabalho de uma maneira positiva e quatro (4/8) disseram que dependia

---

<sup>1</sup> Deve ler-se: 3 entrevistados/as em 8 entrevistas realizadas.

do polícia em si, em que havia maus e bons profissionais: *“Não. Também depende do polícia também. Também não gosto muito quando dizem à polícia é tudo mesmo, também há policia honestos não é, mas acho que a maioria não”* (B, M, 15 anos).

Quando questionados se a polícia diferenciava o seu comportamento consoante o estatuto económico e a pertença étnica, as respostas divergiram sendo que houve jovens que afirmaram que havia essa diferença, jovens que entendiam que isso poderia depender e jovens que negavam essa diferenciação.

Quatro (4/8) jovens afirmaram que sim, como refere B: *“Sim, sim claro. Acho que é aquele estereotipo é miúdo branco, aquele é na boa. Miúdo preto? Ah aquele está a roubar”* (B, M, 15 anos). Para os restantes dependia muito do polícia em questão ou da forma como o jovem reage: *“Depende também de como o jovem fala para o polícia. Se o polícia for respeitado vai respeitar”* (F, M, 16 anos).

Quando lhes perguntamos se achavam que um/a polícia é punido da mesma maneira que é punido um/a cidadão comum, apenas um dos entrevistados afirmou que sim. Os restantes jovens acham que eles são punidos de maneira diferente achando que são beneficiados pelo seu estatuto: *“Acho que não. Porque vão para uma cadeia diferente, e como são da polícia acho que apanham penas mais pequenas.”* (A, M, 15 anos)

## 2) Relação da polícia

Neste segundo tema tentamos procurar o que os jovens pensam e acham da relação atual deles com a polícia. Numa primeira fase tentamos perceber qual era a sua opinião sobre a relação policia-juventude. Numa segunda parte como é que estes se sentem em relação à polícia, qual o seu o nível de cooperação e confiança, assim como sondar se estes se precisassem de chamar os agentes de autoridade, o faziam.

Os jovens questionados sobre a relação entre polícia e jovens, nenhum dos jovens caracterizou essa relação como positiva. Para metade dos jovens (4/8) a relação é relatada como “mais ou menos” dependendo do/a polícia em questão, das atitudes dos jovens e se são jovens que estão inseridos na vida criminal: *“É um bocado boa um bocado má, está ali no meio. Depende das pessoas...Depende dos jovens. Há jovens que gostam da polícia outros que não gostam...”* (G, M, 18 anos);

Os que afirmam que a relação é má, argumentam que a polícia não os deixa em paz: *“Acho que é má...Não nos deixam estar sossegados num sítio ...”* (B, M, 15 anos); foram

aprendendo no meio onde convivem a não gostar da polícia: *“Acho que têm uma má relação com a polícia...Porque uns foram ensinados a ter uma má relação e outros a ter uma boa relação...A família, os amigos”* (D, M, 16 anos);ou até porque nenhum jovem gosta da polícia: *“Acho que é uma má relação...Quase nenhum jovem gosta da polícia...”* (F, M, 16 anos).

Quando questionados sobre como se sentiam na presença da polícia, três (3/8) dos jovens entrevistados afirmaram que se sentiam normal por já estarem habituados a essa presença. Os restantes entrevistados mencionaram que não gostam da presença da polícia, afirmando que se sentam nervosos e incomodados.

*“Sinto-me calmo não é, estou tranquilo já estou habituado, nos inícios quando eu comecei nessa vida ...ficava sempre com medo, mas de tanto repetir, já não. ...”* (E, M, 16 anos);

Na Categoria “Confiança nos/as agentes de autoridade”, apenas um dos entrevistados admitiu que sim. Sendo que os restantes mencionaram que dependia da situação (4/8) e dependia do/a agente em si, como refere B: *“É difícil porque tipo, se for no geral, seu pensar na ideia de confiar na polícia eu digo que não. Mas se for um certo polícia que eu conheça até posso confiar”* (B, M, 15 anos).

Quanto aos jovens que demonstraram não ter confiança (3/8), as razões que mencionaram prendem-se, maioritariamente, com terem aprendido a não gostar: e a não confiar no meio em que socializam: *“Sei lá não confio neles, já desde pequeno...Foi no meio em que eu cresci”* (F, M, 16 anos); e por terem sido vítimas de maus-tratos policiais: *“Sempre fui mal abordado, maltratado e não gosto deles”* (H, M, 17 anos);

Quando questionados se chamariam a polícia numa emergência, seis (6/8) dos jovens responderam que sim e apenas dois referiram que não chamavam a polícia, preferiam resolver eles a situação:

*“...acho que não. Mas depende da situação, há situações onde se calhar era melhor...Ma se calhar há situações acho que se devia chamar. E- Mas assim de repente? B-Não, preferia agir eu”* (B, M, 15 anos).

Sobre se cooperavam com os/as agentes de autoridade, as respostas foram diversas. Dois (2/8) dos entrevistados responderam que sim. Dois disseram perentoriamente que não. Sendo que quatro (4/8) responderam que isso iria depender se

envolvesse alguém da família/ amigos ou se fosse benéfico para ele o jovem: *“Desde que não fosse por algum problema meu ou de um amigo meu, sim” (A, M, 15 anos)*

### 3) Contactos com a polícia

Neste último tema o objetivo central foi entender se os jovens tiveram algum contacto com os/as agentes de autoridade e, conseqüentemente, perceber como este contacto ocorreu. Primeiramente pedimos que estes nos contassem uma experiência que tivessem tido, tentando perceber se esta se tratou de uma experiência negativa ou positiva.

Numa outra nota tentamos ainda averiguar se estes jovens já tinham cometido algum crime ou inclusive vítimas de algum crime, para a partir desta informação perceber se estes fatores poderiam influenciar a frequência de contactos. Tentamos com a mesma ideia perceber se os jovens na sua área de residência se apercebiam da presença da polícia, assim como perceber que importância os jovens entrevistados dariam a esta.

Por fim tentamos perceber se na opinião dos jovens a polícia poderia melhorar a sua atuação com estes, e o quê.

Na Categoria “Experiências pessoais com a polícia”. Quando questionados se estes estavam dispostos a partilhar alguma experiência que tivessem tido com a polícia, alguns descreveram as suas experiências como positivas (sem alterações) (3/8): *“Já tive, mas nada de mais...” (A, M, 15 anos).*

Outros partilharam que as vezes foram experiências negativas sendo que outras vezes foram positivas (2/8): *“Já. Alguns reagiram bem, lá está polícias diferentes. Algumas reagiram bem em outras reagiram mal. Alguns trataram-me bem outros bateram-me...” (F, M, 16 anos).*

Pelo contrário houve alguns que descreveram as suas experiências como negativas onde houve abuso de poder da parte da polícia (3/8): *“Já, Negativas...Para já acho que eles não têm o direito de agredir ninguém...” (H, M, 17 anos).*

Na categoria “Vítima de crime”, quanto questionados se alguma vez foram vítimas de algum crime, todos os participantes responderam que não. Na Categoria “Crime”, quando questionados se alguma vez cometeram algum crime, todos responderam que sim.

Na Categoria “Frequência que vê a polícia”. Quando questionados com que frequência vêm a polícia apenas um dos entrevistados respondeu que raramente via a polícia, os restantes responderam que sim viam a polícia com alguma frequência: *“Na minha zona não, eles lá andam pouco...” (G, M, 18 anos);*

Ainda na Categoria “Frequência com que vê a polícia”, quando questionados sobre a importância dessa presença apenas um dos jovens referiu que essa presença era importante devido aos constantes conflitos na sua área de residência:

*“Lá não há muitos conflitos onde eu vivo, mas ao lado há muitos conflitos. Com as pessoas que vivem ao lado e com as pessoas de onde eu vivo...(A, M, 15 anos).*

Por outro lado, outros jovens disseram que a sua presença ou não, era igual que isso iria depender também do polícia: *“Era igual. Eles estavam ali por um motivo, mas acho que era igual porque eles nunca faziam nada...” (B, M, 15 anos);* sendo que as vezes estavam mais preocupados com outras situações: (3/8): *“Depende das vezes, porque às vezes estão mais preocupados com umas coisas do que com outras” (C, M, 14 anos).*

Na Categoria “O que a polícia poderia mudar”. Quando interrogados sobre se a polícia poderia mudar alguma coisa para melhorar a sua atuação, apenas dois jovens responderam que não, sendo que um deles justificou essa resposta dizendo que nunca tinha sido mal tratado: *“Não acho que não, nunca me trataram mal...” (A, M, 15 anos).*

Pelo contrário o resto dos entrevistados (6/8) referiram os/as agentes poderiam mudar a sua atitude para uma postura mais de apoio para com os jovens e menos de repressão: *“Podia claro. Eu acho que deviam ter uma perspectiva mais de não era de castigar, era uma de tentar ajudar... agir mais como cidadãos não como agentes de autoridade...” (B, M, 15 anos);* tratar todos de maneira igual: *“Deveria melhorar tratar todos de igual” (D, M, 16 anos);* e ser mais respeitadores e compreensivos: *“Às vezes respeitar mais um bocado, não partir tanto para a violência...” (F, M, 16 anos).*

## **1.2.2 Jovens em contexto Comunitário**

### **1) Opiniões gerais sobre a polícia**

Neste primeiro tema, abordamos os/as jovens para tentar perceber as suas opiniões e o seu grau de conhecimento sobre a polícia e o seu trabalho. Tentamos perceber se sabiam ou não a função dos/as agentes de autoridade, o seu grau de importância e se na opinião a polícia realizava o seu trabalho de forma adequada. Numa segunda parte procuramos procurar na perspectiva dos/as jovens se a polícia discriminava no ponto de vista étnico e do estatuto social. Por último, tentamos entender se os/as jovens achavam que os/as polícias eram mais ou menos punidos que um cidadão normal.

Na Categoria “Função da polícia”, cinco (5/6)<sup>1</sup> jovens entrevistados/as demonstraram conhecimento sobre as funções atuais da polícia, atribuindo as funções de segurança proteger as pessoas: “O trabalho da polícia é tipo proteger a sociedade...” (C, M, 14 anos); prender as pessoas e fazer com que as coisas corram bem assim como fazer o trabalho de patrulhamento: “Eu acho que o trabalho da polícia é digamos que fiscalizar as ruas para ver se não há arrombamentos, roubos, quando houver uma emergência chamar a polícia quando houver lutas” (F, F, 12 anos). Apenas um/uma dos entrevistados disse que não sabia qual eram as funções da polícia.

Na Categoria “Trabalho da Polícia”, todos os/as entrevistados/as quando interrogados sobre a sua opinião sobre a importância do papel da polícia na sociedade, um/uma dos/as jovens admitiu que é importante, mas na sua opinião não tanto como o exército: “Claro que é importante, não é tão importante como alguns, tipo exército, o exército defende o país, e nisto ele só trata do país” (B, M, 14 anos); ainda foi mencionado que apesar de não gostarem deles/as, a polícia é necessária, referindo também que tem um papel essencial em evitar conflitos: “Acho. É que é importante porque nós achamos que eles são filhos da puta, prontos, nós dizemos isso porque as vezes são maus para mim...outras vezes precisamos deles...” (C, M, 14 anos).

Ainda como Categoria “Trabalho da Polícia”, quando solicitados para avaliar o trabalho policial. Alguns dos/as entrevistados/as (4/6) classificaram esse trabalho de uma maneira positiva, dizendo que quando chamam a polícia está é bastante célere: “...Eu acho que a polícia faz um bom trabalho porque sempre que nos ligamos ou chamamos a polícia eles vêm logo e é isso” (E, M, 13 anos).

Outro/a entrevistado/a referiu que sim faziam um bom trabalho, mas ressaltou que nos meios de comunicação apenas retratam as partes negativas: “Fazem um bom trabalho porque, é assim com coisas que maior parte das pessoas vêem na televisão fazem coisas más ...” (C, M, 14 anos). Sendo que dois dos/as jovens (2/6) disseram que depende porque já viram polícias a maltratar pessoas: “Faz. Depende. Não sei, depende. Uma cena que aconteceu é que já vi polícia a bater em pessoas. Eu acho que isso não é correto...” (A, M, 15 anos).

Na Categoria “Igual tendo em conta estatuto económico, área de residência e etnia”. Quando questionados/as se a polícia diferenciava o seu comportamento consoante

---

<sup>1</sup> Deve ler-se: 5 entrevistados/as em 6 entrevistas realizadas.

o estatuto económico e a etnia as respostas divergiram, houve quem afirmasse que sim, mas que isso pode variar de polícia para polícia: *“Sim, eu acho, eu acho...podes apanhar policias bons como puedes apanhar policias maus, depende, e também depende do caso que for...”* (A, M, 15 anos).

Os/as jovens que negaram esta relação (2/6) referiram que essa diferenciação pode acontecer mas devido ao temperamento da pessoa: *“Tipo se for mais, uma pessoa diferente, entre aspás diferente, tipo difícil de aturar, entre aspás. Eles podem mudar a atitude quando quiserem e tal”*. Outro/a jovem ainda mencionou que sim há polícias que são racistas mas são exceções: *“Acho que não, há aqueles policias que são um bocadinho racistas e que mudam um bocadinho o comportamento com as pessoas mulatas, mas fora isso acho que não.”* (E, M, 13 anos).

Na Categoria “Punição”, quando interrogados se um polícia é punido da mesma maneira que é punido um cidadão normal apenas 3/6 dos entrevistados/as afirmaram esta relação dizendo que era o que devia acontecer: *“Eu acho que tem de ser. E- Mas achas que é assim? A- Já vi polícia que vai revistar amigos meus, com ganza, e invés de levarem para a polícia, ficaram com ela para eles...”* (A, M, 15 anos).

De resto todos/as afirmaram que são punidos de maneira diferente, sendo que uns referiram que são menos punidos por serem polícias sendo mais protegidos:

*“Eu acho que não...Acho que eles protegem mais o polícia do que o próprio cidadão normal.”* (D, F, 14 anos).

## 2) Relação da polícia

Neste segundo tema tentamos procurar o que os jovens pensam e acham da relação atual deles com a polícia. Numa primeira fase tentamos perceber qual era a sua opinião sobre a relação policia-juventude. Numa segunda parte como é que estes se sentem em relação à polícia, qual o seu o nível de cooperação e confiança, assim como sondar se estes se precisassem de chamar os agentes de autoridade, o faziam.

Na Categoria “Relação polícia-jovem”, os jovens quando questionados sobre a relação da polícia-jovens, um/uma dos/as jovens caracterizou essa relação com boa: *“Acho que sim...por exemplo na minha escola, há muitas palestras entre as policias e os jovens da minha escola.”* (E, M, 13 anos). Por outro lado está relação pode depender se os/as jovens gostam

da polícia ou não: *“Eh mais ou menos, não sei, alguns que detestam a polícia há outros que não...”* (B, M, 14 anos).

Sendo que dois (2/6) dos/as entrevistados/as admitiram que a relação é pouco positiva devido às suas experiências pessoais e das pessoas que os rodeiam: *“Eu acho que não, depende, na minha experiência acho que não. Quer dizer pelo menos, as pessoas que eu me dão, pah.”* (A, M, 15 anos); e por haver jovens que maltrataram os agentes de autoridade *“Não, não se dão bem..., devido à nossa idade eles maltratam os policias”* (D, F, 14 anos).

Na Categoria “Sentimento na presença da polícia”, quando questionados/as sobre como se sentiam na presença da polícia a maioria (4/6) afirmaram que se sentiam seguros: *“Sinto-me seguro porque é a polícia, polícia, segurança e pública.”* (B, M, 14 anos). Pelo contrário apenas um/uma dos/as jovens referiu que para ele/a essa presença era igual, porque sabe que se lhe acontecer alguma coisa têm outra forma de resolver: *“Não sinto nada. ... Sei que também se alguém se meter comigo tenho pessoas atrás de mim para se meter à minha frente.”* (C, M, 14 anos).

Na Categoria “Confiança”, quando questionados/as se tinham confiança ou não nos/as agentes de autoridade todos/as os/as jovens entrevistados/as afirmaram que sim, sendo que um/uma deles/as afirmou que confiava na polícia, mas mais no exército *“Confio, confio mais no exército, mas ...”* (B, M, 14 anos). Um/uma dos/as jovens ainda disse que dependia dando exemplo de um caso em que a polícia supostamente não procedeu da melhor maneira: *“Depende. Por exemplo, um caso... foi fazer queixa à polícia, e a polícia não fez nada...”* (A, M, 15 anos).

Na Categoria “Se precisassem de ajuda chamavam a polícia”, quando questionados/as se por alguma situação chamavam a polícia apenas um/uma dos/as jovens referiu que iria depender, preferia resolver a situação de outra maneira, como por exemplo chamar a sua família: *“Chamava...Depende...eu não sou muito com a polícia, qualquer cena digo ao meu pai...”* (A, M, 15 anos). Todos os/as outros/as referiram que sim chamavam: *“Chamava, completamente, não digo que não chamava, porque chamava...”* (C, M, 14 anos).

Na categoria “Cooperação”, quando questionados/as se cooperavam com os/as agentes de autoridade, maior parte (4/6) dos/as entrevistados/as responderam que sim. Por outro lado dois (2/6) dos/as entrevistados/as responderam que isso iria depender se envolvesse alguém da família/ amigos que se assim fosse não o fariam: *“...aí depende, por exemplo se fosse a um amigo meu, os meus primos, alguém - Não cooperava ...Agora se fosse uma pessoa que não gostasse, aí dizia.”* (A, M, 15 anos).

### 3) Contactos com a polícia

Neste último tema, o objetivo central foi entender se os jovens tiveram algum contacto com os/as agentes de autoridade e consequentemente perceber como este contacto correu. Primeiramente pedimos que estes nos contassem uma experiência que tivessem tido, tentando perceber se esta se tratou de uma experiência negativa ou positiva.

Numa outra nota tentamos ainda averiguar se estes jovens já tinham cometido algum crime ou inclusive vítimas de algum crime, para a partir desta informação perceber se estes fatores poderiam influenciar a frequência de contactos. Tentamos com a mesma ideia perceber se os jovens na sua área de residência se apercebiam da presença da polícia, assim como perceber que importâncias os jovens entrevistados dariam a esta.

Por fim tentamos perceber se na opinião dos jovens a polícia poderia melhorar a sua atuação com estes, e o quê.

Na Categoria “Experiências pessoais com a polícia”, quando questionados/as se estes estavam dispostos a partilhar alguma experiência que tivessem tido com a polícia, alguns descreveram as suas experiências como positivas (sem alterações) (4/6): “*Para já acho que sim, que já tive na minha escola, que eles foram lá apresentar os trabalhos...*” (B, M, 14 anos). Sendo que apenas um/uma dos/as jovens considerou essas experiências como negativas: “*Já... Carrinha dos nove e ligam as sirenes.... começamos a correr eles vieram atrás de nós e pronto apanharam-nos.* (A, M, 15 anos).

Na categoria “Vítima de crime”, quanto questionados/as se alguma vez foram vítimas de algum crime, apenas dois dos/as participantes referiram que sim, tratando-se de um acidente de carro e outro/a jovem de um roubo na escola. Na Categoria “Crime”, quanto questionados/as se alguma vez cometeram algum crime, apenas um/uma dos/as jovens respondeu que sim.

Na Categoria “Frequência que vê a polícia”, quando questionados/as com que frequência viam a polícia apenas um/uma dos/as entrevistados/as respondeu que via bastantes vezes a polícia: “*Vejo, á beira da minha escola, a polícia municipal....*” (C, M, 14 anos). Os restantes referiram que viam algumas vezes: *Agora com o covid vejo mais vezes...*” ou então raramente: “*Raramente, só vai lá se acontecer alguma coisa...*” (B, M, 14 anos). Por outro lado 2/6 dos/as jovens referiram que nunca viam a polícia: “*Não, moro mesmo aqui e não...*” (D, F, 14 anos).

Ainda na Categoria “Frequência que vê a polícia”, quando questionados/as sobre a importância dessa presença penas um/uma dos/as jovens referiu que essa presença não é importante. Sendo que outros/as jovens (4/6) referiram que sim, para as pessoas não cometerem erros: “*Acho que sim, para ver se pessoas cometem alguns erros ou não*” (F, F, 12 anos); se sentirem em segurança: “*Faz diferença, porque se não houvesse polícia na rua, as pessoas podiam sentir que não estavam a ser digamos em segurança e muitas vezes não iam sair de casa por falta de segurança.*” (E, M, 13 anos); e agora principalmente no covid: “*Tem que ajudar, agora com o covid*” (B, M, 14 anos).

Na Categoria “O que a polícia poderia mudar”, quando questionados/as sobre se a polícia poderia mudar alguma coisa para melhorar a sua atuação, dois dos/as jovens referiram que sim, dizendo que poderiam tratar melhor as pessoas e andar mais na rua: “*Não. Talvez andassem mais um bocado na rua*” (E, M, 13 anos). Pelo contrário o resto dos jovens entrevistados/as referiram que não.

### 3. Discussão dos resultados

No segmento deste estudo iremos realizar a discussão dos dados que resultaram da investigação realizada, tendo em conta os objetivos e a revisão da literatura.

Esta discussão vai ajudar-nos a perceber e entender a perceção que os/as jovens institucionalizados e não institucionalizados têm sobre os/as agentes de autoridade, assim como, procurar as respostas aos objetivos específicos.

De acordo com o primeiro objetivo - Compreender a perceção dos/as jovens em CE sobre os/as agentes de autoridade - tentamos avaliar algumas variáveis.

Houve então algumas variáveis como por exemplo a idade e terem sido vítima de algum tipo de crime onde não encontramos relação com a perceção dos/as jovens sobre os/as agentes de autoridade ao contrário do que diz a literatura (Hurst et al., 2000; Ivkovic, 2008)

Quanto à variável do sexo, em que o sexo feminino tendem a ter uma ideia mais positiva sobre os agentes de autoridade por não terem tantas experiências com os/as agentes de autoridade não temos dados para corroborar esta informação pois a amostra baseia-se bastante nos testemunhos de jovens do sexo masculino (Ivkovic, 2008). Mas uma coisa que foi ao encontro da literatura foi que as jovens do sexo feminino são vistas como mais calmas e com menos probabilidade de se realizar atos passíveis de intervenção policial (Taylor, Turner, Esbensen & Winfree Jr, 2001, p.302).

Quando se trata de entender se os/as jovens sabem em concreto qual é o papel da polícia, os/as jovens não compreendem o seu papel (Cezário, 2009). Mas segundo os dados recolhidos junto dos/as jovens entrevistados, estes de um modo geral demonstraram ter um conhecimento básico sobre o que seriam as suas funções e de uma maneira geral mostraram perceber a importância da polícia. Mas quando questionados sobre se essa função era bem feita ou não, a opinião dos/as jovens foi bastante dividida.

De acordo com a literatura quanto à maneira como os/as agentes de autoridade caracterizam os/as jovens, estes fazem-no de ambas as formas, positivamente e negativamente, sendo que quando caracterizam especificamente jovens delinquentes, os/as agentes apenas vêm aspetos negativos (Cezário, 2019). Os dados recolhidos demonstram igualmente que os agentes de autoridade têm tendência para caracterizar os jovens de maneira bastante negativa.

Na mesma linha quanto à relação entre jovens e polícia, de forma unânime a maior parte dos/as agentes de autoridade caracterizou esta relação como sendo má, os jovens

atualmente não respeitam a polícia e vêm a polícia como um inimigo e repressor havendo também falta de entendimento quanto à população mais jovem tornando esta relação mais complicada, estando de acordo com a literatura que expõe esta relação como sendo igualmente negativa (Hunold et al., 2016 como citado em Domingos, 2017).

Segundo a literatura os/as agentes de autoridade tendem a não ser imparciais no tratamento de certas minorias, quer seja pela etnia, ou área residência como bairros sociais por exemplo (Hunold et al., 2016 como citado em Domingos, 2017; Bottrell, Coelho & Pessoa, 2017). Do ponto de vista dos/as jovens foram poucos os que referiram que esta diferença de tratamento não existia. Do ponto de vista dos/as próprios agentes de autoridade, alguns polícias admitiram esta diferença de tratamento, sendo que aqueles que rejeitaram esta ideia acabaram por de forma camuflada transpor a ideia de que há esta diferença de tratamento. Especificamente falando da atuação em bairros sociais veio-se a confirmar que nestas áreas há uma maior cautela e precaução porque têm de prevenir o que poderá acontecer, o que vai ao encontro da literatura em que descrevem que os/as agentes em certas situações são “obrigados” a exercer mais força e ser mais vigilantes nestes contextos (Hinds, 2007).

Sobre as hipotéticas razões de os/as jovens terem uma visão menos positiva sobre os agentes de autoridade, conseguimos chegar a variadas razões, as mais mencionadas foram os meios de comunicação social (Ashcroft, Daniels & Hart, 2003), a educação que têm em casa ou falta dela e também a influência que os pares/família têm nestas mesmas perceções, motivos que vão ao encontro da literatura. É suficiente que alguém próximo do/a jovem tenha tido um contacto menos positivo e que o/a jovem tenha esse conhecimento que a sua perceção pode ser formada a partir dessa perceção (Hurst e Frank, 2000; Weitzer e Tuch, 2005; Skogan, 2006).

O segundo objetivo era tentarmos entender se há alguma diferença nas perceções dos jovens do internados em Centro Educativos e dos/as jovens em contexto comunitário, em relação as forças de segurança. Comparando os dois grupos diferentes de jovens, ambos os grupos afirmaram a importância do trabalho policial, assim como avaliaram o trabalho realizado como sendo na maioria das vezes bem feito. Ambos os grupos têm perspectivas parecidas quanto questionados se os/as agentes de autoridade diferenciam o seu comportamento consoante a etnia, estatuto económico sendo que os Jovens em CE acreditavam que era mais provável de acontecer do que os Jovens em Contexto Comunitário, sendo que também referiram que isso poderia depender de polícia para polícia.

Um ponto interessante em que há concordância é quando são questionados se cooperavam com a polícia, alguns dos/as jovens de ambos os grupos referiram que não se importavam de cooperar caso não envolvesse ninguém da sua família e fosse benéfico para estes.

Um ponto importante onde divergem é quando se fala na confiança que estes/as jovens vêm na polícia, assim sendo os/as jovens em contexto comunitário apresentam uma maior confiança nos/as agentes de autoridade do que os jovens nos CE. Outro ponto onde divergem é nas experiências com a polícia, sendo que a maioria das experiências dos jovens em CE foram consideradas como negativas ao contrário das experiências dos jovens em contexto comunitário. O que vai de encontro da literatura em que os/as jovens que experienciaram algum tipo de violência por parte dos/as agentes de autoridade tendem a não confiar no trabalho dos/as agentes de autoridade, percecionando-os de forma mais negativa (Cardia, 2003; Bottrell, Coelho & Pessoa, 2017).

Quanto à relação jovens-polícia mais uma vez ambos os grupos, assim como os agentes de autoridade na sua maioria caracterizaram esta relação como má, ou como mais ou menos, mas nunca como positiva.

Um importante ponto a ser discutido é que ambos os grupos alertaram para pontos que os agentes de autoridade poderiam melhorar aquando da atuação com jovens como por exemplo: ter mais respeito, ter uma atitude igualitária para com todos e ter uma atitude de auxílio e não de repressão. Enquanto do ponto de vista policial todos os agentes admitiram que atuação era a mais adequada.

No que toca aos agentes de autoridade, estes admitem na sua maioria que a formação atual relativamente aos jovens e a delinquência é bastante insuficiente se não nula. Juntando a uma falta de meios materiais e pessoais em conjunto com muitas vezes falta de comunicação e conhecimentos sobre instituições externas que lidam igualmente com jovens.

Quanto ao sentimento que os jovens teriam aquando da presença dos agentes de autoridade, os Jovens em centros educativos quando abordados por agentes, não se sentem bem na presença destes ou então não sentem nada porque já estão familiarizados com este tipo de contactos enquanto os jovens em contexto comunitário demonstraram sentir-se seguros e bem, o que demonstra que os jovens em C.E têm automaticamente um número de contactos maiores. Do ponto de vista dos agentes de autoridade se os jovens não tiverem nada a esconder bem, caso contrário mal.

Quanto ao objetivo de perceber se o contacto que estes jovens tiveram com a polícia influencia a sua perceção sobre os mesmos. O ponto de vista dos agentes de autoridade estes admitiram que é possível e bastante provável que um contacto negativo, mais agressivo com um jovem possa ter consequência no futuro como pessoas e influenciar um próximo contacto assim como a sua perceção. Foi também possível retirar dos dados recolhidos que os jovens que mostraram uma menor confiança e uma perceção mais negativa tratavam-se de jovens que em ultimo caso já tinham tido contactos menos favoráveis com agentes de autoridade, na sua maioria jovens em centro educativo. Indo de encontro à literatura em que jovens com contactos negativos e que já tenham experienciado violência policial têm uma perspetiva mais negativa (Hurst et al., 2000; Hurst e Frank, 2000).

## Conclusão

Este trabalho permitiu elucidar a percepção que os/as jovens têm à cerca dos agentes de autoridade, assim como nos elucidar sobre como os próprios polícias percecionam os/as jovens, neste caso jovens em risco e a relação entre ambos.

Através da revisão da literatura realizada no início deste trabalho conseguimos perceber que os estudos sobre estes temas são bastantes escassos, existindo alguns relacionados com os da percepção da população em geral, mas não especificamente sobre os/as jovens, sendo ainda mais escassos estudos relativos à população jovem em Portugal.

Com esta investigação pretendíamos perceber quais eram as percepções dos/as jovens em risco sobre os/as agentes de autoridade, mas principalmente tentar perceber se haveria alguma diferença nesta percepção comparando jovens em contexto comunitário e jovens em contexto de internamento num centro educativo. Através dos dados recolhidos constatou-se que os/as jovens tanto em contexto comunitário como em internamento em centro educativo têm uma percepção positiva relativamente à importância do trabalho policial na sociedade, conseguindo na sua perspetiva entender então a importância e o papel destes. Sendo que os/as jovens em centro educativo tendem a ter uma perspetiva mais hostil para com os/as agentes de autoridade, devido às experiências negativas que experienciaram no passado, acabando por não percecionarem a polícia de maneira tão positiva. Mostrando que contactos negativos influenciam de certa maneira as percepções.

Quanto aos agentes de autoridade na sua maioria descreveram os jovens e a relação entre estes de maneira negativa. Demonstrando que a percepção negativa não vem apenas da parte dos/as jovens, mas também dos agentes de autoridade acabando por tornar a relação entre ambos relativamente difícil.

Conseguimos igualmente perceber que a polícia tende a ter alguma dificuldade em lidar com esta parte da população, acabando por prejudicar esta relação, assim como, formar ideais errados nos/as jovens que podem acabar por prejudicar a percepção destes. Acabando então por ser essencial e benéfico que houvesse uma formação mais especializada de modo que estivessem mais bem preparados, pois a formação atual é insuficiente.

Concluindo ao longo desta investigação foram encontradas algumas dificuldades devido à época em que vivemos, devido à covid-19, foi muito mais complicado estabelecer contacto com as instituições devido à logística e aos constantes

confinamentos, o que levou a que esta parte do trabalho tivesse que ser adiada acabando por atrasar o resto do trabalho.

Este estudo apresenta algumas limitações, nomeadamente ao nível da amostra que não é representativa. A nível da amostra, a maior parte da amostra na grande maioria foi do sexo masculino, faltando então a perspectiva do sexo feminino. Uma outra limitação deste estudo está relacionada com área demográfica onde foi realizada baseado na realidade apenas de uma pequena zona do Porto não podendo ser representativa para o resto do país. Apesar das limitações identificadas, o estudo realizado permitiu-nos conhecer as perceções dos jovens em risco tanto internados em centro educativo como em contexto comunitário assim como a perceção dos agentes de autoridade sobre este mesmo grupo.

Futuras investigações poderiam tentar perceber mais especificamente a perceção sobretudo do sexo feminino sobre este tema devido a esta população ser bastante invisível a nível do sistema. Seria também bastante interessante tentar aprofundar mais a influência que os medias, os grupos de par/família têm na forma como os jovens formam a sua perceção sobre os agentes de autoridade.

Por fim, este estudo constituiu apenas um contributo para o conhecimento da perceção dos jovens sobre os agentes de autoridade. Dada a importância do tema e sendo o meu Mestrado na Especialidade em Polícia, Prevenção e Segurança, os jovens são o futuro da nossa sociedade e uma grande percentagem dos contactos policiais é importante entender a forma como os nossos jovens olham para a polícia e para o trabalho realizado. Acabando por alguma forma poder ajudar de um ponto de vista policial perceber o que falta na atuação nesta população, podendo como consequência melhorar esta relação.

## Referências bibliográficas

- Ashcroft, J., Daniels, D., and Hart, S. (2003). Factors that Influence the Public Opinion of the Police. *Research for Practice*. National Institute of Justice, U.S. Department of Justice. Consultado em outubro, 2020, em <https://www.ojp.gov/pdffiles1/nij/197925.pdf>
- Barata, R. (2010). *O posicionamento estratégico da polícia de segurança pública face ao problema da delinquência juvenil*. (Tese Mestrado). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa, Portugal. Consultado em Maio , 2021, em <http://hdl.handle.net/10400.26/32201>
- Brick, B., Taylor, T. & Esbensen, A. (2009). Juvenile attitudes towards the police: The importance of subcultural involvement and community ties. *Journal of Criminal Justice*, 37(5) 488-495. Consultado em Janeiro, 2021, em <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2009.07.009>
- Caldeira, T. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 43 / Edusp. Consultado em Novembro, 2020 em <https://csociais.files.wordpress.com/2014/05/caldeira-teresa-a-cidade-de-muros-completo.pdf>
- Callanan, V., & Rosenberger, J. (2011). Media and public perceptions of the police: examining the impact of race and personal experience, *Policing and Society*, 21:2, 167-189. Consultado em Março 2021 em DOI: 10.1080/10439463.2010.540655
- Carvalho, M. (2000). Juventude e risco social: uma questão de olhar(es)?. *Crianças e Jovens nas Notícias*, 1, 43-51. Consultado em Fevereiro, 2021, em <https://doi.org/10.36311/1983-2192.2008.v0n1.762>
- Carvalho, M. (2008) Juventude e risco social: Uma questão de olhar(es)?. *Revista virtual do laboratório de estudos da violência e segurança*. Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, Brasil (1) pp. 43-52. Consultado em Maio em DOI: <https://doi.org/10.36311/1983-2192.2008.v0n1.762>

- Carvalho, M. (2010). *Do Outro Lado da Cidade. Crianças, Socialização e Delinquência em Bairros de Realojamento*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Consultado em Janeiro, 2021 em: <http://run.unl.pt/handle/10362/6132>
- Carvalho, M., & Duarte, V. (2013). Crianças, jovens e a cidade: Riscos, violências e delinquências em Portugal. *Latitude*, 7(2), 133-166. Consultado em Março, 2021, em <http://hdl.handle.net/10400.24/195>
- Cezário, K. (2009). Os jovens em Portugal e a Polícia de Segurança Pública (PSP). Um policiamento orientado para a cidadania: o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (Pipp). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 3(4), 56–71. Consultado em Outubro de 2020, em <http://www.revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/40>
- Chow, H. (2012). Attitudes towards police in Canada: A study of perceptions of university students in a Western Canadian city. *International Journal of Criminal Justice Sciences*, 7(1), 1–18. Consultado em Março, 2021, em <https://www.sascv.org/ijcjs/pdfs/henrychowicjs2012istissue.pdf>
- Clemente, P. (2013). Polícia e segurança: breves notas. *Lusíada. Política Internacional e Segurança*, (4), 141–171. Consultado em Fevereiro 2021, em <http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/lpis/article/view/146>
- Coelho, J., Pessoa, A., & Bottrell, D. (2017). Perceptions of young offenders about the police: A qualitative study conducted in Brazil. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(4), 1-17. Consultado em Março, 2021, em [http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista\\_ppp/article/view/2698](http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/2698)
- Cohen, S. (1972) *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and Rockers*. London: McGibbon and Kee.
- Conde, R., & Teixeira, S. (2017). Histórias de vida de jovens delinquentes: O contributo da investigação qualitativa para a compreensão da delinquência juvenil. *Atas CIAIQ:*

*Investigação Qualitativa em Ciências Sociais*, 3, 704-713. Consultado em Dezembro, 2020 em <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1445>

Coutinho, C. (2019). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2ª ed). Coimbra: Edições Almedina

Cruz, O., & Grangeia, H. (2015). Delinquência juvenil: uma visão policial. Duarte, V., Santos, M., Cruz, O., Grangeia, H., (Eds.). *Delinquência Juvenil: Explicações e Implicações* (pp. 15-23). Maia: Edições ISMAI. Consultado a 25 de abril de 2020 em <http://hdl.handle.net/10400.24/566>

Dirikx, A., Gelders, D., & Parmentier, S. (2012). Police-youth relationships: A qualitative analysis of Flemish adolescents' attitudes toward the police. *European Journal of Criminology*, 9(2), 191–205. Consultado em Maio 20, 2020, em DOI:[10.1177/1477370811427518](https://doi.org/10.1177/1477370811427518)

Domingos, S. (2017). *Perceções dos jovens em relação à polícia: entre a justiça procedimental e o capital social*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Porto, Portugal. Consultado em Maio 12, 2020, em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/107553/2/215544.pdf>

Duarte, V. (2015). Delinquência juvenil: uma visão policial. Duarte, V., Santos, M., Cruz, O., Grangeia, H., (Eds.). *Delinquência Juvenil: Explicações e Implicações* (pp. 73-87). Maia: Edições ISMAI. Consultado a 25 de abril de 2020 em <http://hdl.handle.net/10400.24/566>

Durão, S., (2006), *Patrulha e Proximidade: Uma Etnografia da Polícia em Lisboa*. Tese de Doutoramento em Antropologia das Cidades Complexas. Departamento de Antropologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa. Consultado a 25 de abril de 2020 em [http://www.susanadurao.org/wp-content/uploads/2018/02/Thesis-\\_-001.pdf](http://www.susanadurao.org/wp-content/uploads/2018/02/Thesis-_-001.pdf)

Durão, S. (2011). Polícia, segurança e crime em Portugal: ambiguidades e paixões recentes. *Etnográfica*, 15(1), 129-152. Consultado a 25 de abril de 2020 em <http://hdl.handle.net/10451/6116>

- Durão, S. (2019). Ação policial: nos limites plurais do sensível. O Público e o Privado . . *O Público e o Privado*. 17 (34), 87-109. Consultado em Fevereiro 2021 em <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2645/2116>
- Durão, S., & Gonçalves, G. (2017) A vez das mulheres na polícia portuguesa. In Polícia e Polícias em Portugal. Perspectivas Históricas. Org. Gonçalves, G., Durão, S. *Polícia e Polícias em Portugal*, 1, 137-160 . Lisboa: Editora Mundos Sociais. Consultado em Fevereiro 2021, em [http://www.susanadurao.org/wp-content/uploads/2018/02/Book-\\_003.pdf](http://www.susanadurao.org/wp-content/uploads/2018/02/Book-_003.pdf)
- Jackson, J., Bradford, B., Hough, M., Myhill, A., Quinton, P., & Tyler, T. (2012). Why do people comply with the law? Legitimacy and the Influence of Legal Institutions. *British Journal of Criminology*, 52 (6), 1051 – 1071. Consultado em Março de 2021, em DOI:[10.2139/ssrn.1994490](https://doi.org/10.2139/ssrn.1994490)
- Jesus, M. (2016). *O que está no mundo não está nos autos: a construção da verdade jurídica nos processos criminais de tráfico de drogas*. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Consultado em Maio, 2021 em [10.11606/T.8.2016.tde-03112016-162557](https://repositorio.usp.br/handle/11362/44444)
- Feffermann, M. (2008). O cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. *Segurança Urbana e Juventude*, 1(2), 2008. Consultado em Fevereiro 2021 em <https://periodicos.fclar.unesp.br/seguranca/article/view/1383/1084>
- Frank, J., & Hurst, Y. (2000). How kids view cops: The nature of juvenile attitudes toward the police. *Journal of Criminal Justice*, 28(3), 189–202. Consultado a 30 de abril de 2020 em DOI:[10.1016/S0047-2352\(00\)00035-0](https://doi.org/10.1016/S0047-2352(00)00035-0)
- Freire, J. (2010). Patrulha e proximidade uma etnografia da polícia em lisboa (Susana Durão, 2008, Coimbra, Almedina). *Sociologia, problemas e práticas*, 62, pp. 135-137. Consultado em Fevereiro 2021 em <http://hdl.handle.net/10071/2170>
- Friedman, W., Lurigio, A., Greenleaf, R., & Albertson, S. (2004). Encounters Between Police Officers and Youths: The Social Costs of Disrespect. *Journal of Crime &*

*Justice*, 27 (2), 1 – 25. Consultado a 30 de abril de 2020 em <https://doi.org/10.1080/0735648X.2004.9721193>

Hinds, L. (2007). Building Police-Youth Relationships: The Importance of Procedural Justice. *National Association for Youth Justice*, 7 (3), 195 – 209. Consultado em Fevereiro 2021, em DOI: 10.1177/1473225407082510

Ho, T., & Mc Kean, J. (2004). Confidence in the Police and Perceptions of Risk. *Western Criminology Review*, 5(2), 108-118. Consultado em março, 2021 em <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.534.2602&rep=rep1&type=pdf>

Hurst, Y., Frank, J., & Browning, S. (2000). The attitudes of juveniles toward the police: A comparison of black and white youth. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, 23 (1), 37 – 53. Consultado em Março, 2021 em DOI:[10.1108/13639510010314607](https://doi.org/10.1108/13639510010314607)

Ivkovic, S. (2008). A Comparative Study of Public Support for the Police. *International Criminal Justice Review*, 18 (4), 406 – 434. Consultado em Junho, 2021 em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.1014.8777&rep=rep1&type=pdf>

Leiber, M., Nalla, M., & Farnworth, M. (1998). Explaining juveniles' attitudes toward the police. *Justice Quarterly*, 15(1), 151–174. Consultado em Maio 12, 2020, em DOI:[10.1080/07418829800093671](https://doi.org/10.1080/07418829800093671)

Marsh, I., & Melville, G. (2011). Moral panics and the British media- A look at some contemporary “folk devils”. *Internet Journal of Criminology*. 1-21. Consultado em Abril 2021 em [www.internet-journalofcriminology.com](http://www.internet-journalofcriminology.com)

Martins, D., & Carvalho, C. (2013). A Identidade Vocacional de Jovens Institucionalizados em Centros Educativos: Um Olhar na (Re)Educação Em Portugal. *Revista Eletrônica de Educação*, 7 (3), 25-39. Consultado em Abril 2021 em: <http://www.reveduc.ufscar.br>.

- Mota, C., & Matos, P. (2010). Adolescentes institucionalizados: o papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrolo. *Análise Psicológica*, 28(2), 245-254. Consultado em Abril 2021 <https://doi.org/10.14417/ap.278>
- Nardi, F., & Dell'aglio, D. (2010). Delinquência juvenil: uma revisão teórica. *Acta Colombiana de Psicología*, 13 (2), 69-77. Consultado em Abril 2021 [http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S012391552010000200007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S012391552010000200007&script=sci_abstract&tlng=pt)
- Nascimento, T. (s/d). Polícia: do passado ao presente a evolução de um conceito. In Ministério Público: *Pronasci* (Programa nacional de segurança pública com cidadania). Consultado em Abril 2021 em [www.mj.gov.br/pronasci](http://www.mj.gov.br/pronasci).
- Osgood, D., & Anderson, A. (2004). Unstructured socialization and rates of delinquency. *Criminology*, 42 (3), 519 – 549. Consultado em Abril 2021 <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2004.tb00528.x>
- Pais, L. G., Felgueiras, S., Rodrigues, A., Santos, J., & Varela, T. (2015). Protesto político e atividade policial: A perceção dos media. *Análise Social*, 495-517. Consultado em Abril 2021 [http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS\\_216\\_a02.pdf](http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_216_a02.pdf)
- Panichi, J. (2015). *Perceção dos agentes de segurança pública sobre o controlo social formal*. Dissertação do Mestrado. Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal. Consultado a 25 de abril de 2020 em <http://hdl.handle.net/10284/4938>
- Pereira, D. (2014). *A (in)segurança privada em portugal de complemento da segurança pública a alvo da segurança interna: inovações, alterações e o controlo no novo regime jurídico*. Dissertação do Mestrado. Mestrado em direito e segurança. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal. Consultado em abril de 2020 em <http://hdl.handle.net/10362/15248>
- Pereira, M. (1990). *Política de segurança interna*. Comunicação proferida aos Cursos de Defesa Nacional de Lisboa e do Porto em 19 de Maio de 1990. Consultado em Janeiro de 2020 em [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2686/1/NeD54\\_ManuelPereira.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2686/1/NeD54_ManuelPereira.pdf)

- Piquero A. (2019) Racing Toward Positive Youth-Police Interactions Disproportionate minority confinement. *Journal of Adolescent Health*, 65 (5), 579-580. Consultado em Abril 2021 em DOI: [10.1016/j.jadohealth.2019.08.002](https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2019.08.002)
- Piquero A., Fagan J., Mulvey E., Steinberg, L. & Odgers C. (2005). Developmental trajectories of legal socialization among serious adolescent offenders. *J Criminal Law Criminology*, 96 (1), 267- 298. Consultado em Abril de 2021 em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2776646/>
- Pinheiro, A. (2013). A polícia corrupta e violenta: os dilemas civilizatórios nas práticas policiais. *Sociedade e Estado*, 28(2), 323-349. Consultado em Abril de 2021 em <https://www.scielo.br/j/se/a/Nd3Pf5FpwmsJ5y6CVVTzKXP/?format=pdf&lang=pt>
- Poletto, M. & Koller, H. (2008). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia*. 25(3), 405-416. Consultado em Abril de 2021 em Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2008000300009>
- Porto, M. (2004). Polícia e violência: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal. *Perspectiva*, 18(1), 132-141. Consultado em Abril de 2021 em <https://www.scielo.br/j/spp/a/TgPhFYtfPm5cvLm3fXXBXWr/?format=pdf&lang=pt>
- Reis, V. (2009). *Crianças e jovens em risco: contributos para a organização de critérios de avaliação de factores de risco*. Tese de Doutoramento em Psicologia Clínica. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra. Consulta em Junho de 2021 em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/11781/1/tese%20versao%20reformulada%20final2.pdf>
- Sá, A., Tangerino, D., & Shecaira, S. (2011). *Criminologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier. Consultado em Abril de 2021 em [http://assindelp.org.br/files/conteudo\\_arquivo/12011/criminologia-no-brasil.pdf](http://assindelp.org.br/files/conteudo_arquivo/12011/criminologia-no-brasil.pdf)
- Silva, D. (2014). Ninguém: direito, racialidade e violência. *Meritum*, 9(1), 67-117. Consultado em Abril de 2021 em <https://biblat.unam.mx/es/revista/meritum-belo-horizonte/articulo/ninguem-direito-racialidade-e-violencia>

Silva, J. (2009). *A violência policial militar e o contexto da formação profissional: um estudo sobre a relação entre violência e educação no espaço da Polícia Militar do Rio Grande do Norte*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. Consultado em Abril de 2021 em [https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/13568/1/Viol%c3%aanciaPolicialMilitar\\_Silva\\_2009.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/13568/1/Viol%c3%aanciaPolicialMilitar_Silva_2009.pdf)

Skogan, W. (2006). Asymmetry in the Impact of Encounters with Police. *Policing & Society*, 16 (2), 99 – 126. Consultado em Abril de 2021 em <https://doi.org/10.1080/10439460600662098>

Snyder, H., & Sickmund, M. (2006). *Juvenile offenders and victims: 2006 national report*. Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention. U.S. Department of Justice Office of Justice Programs, Washington, DC. Consultado em Abril de 2021 em <https://www.ojjdp.gov/ojstatbb/nr2006/downloads/nr2006.pdf>

Sykes, R. & J. Clark. (1975) A Theory of Deference Exchange in Police-Citizen Encounters. *American Journal of Sociology*, 81(3), 587-600. Consultado em Abril de 2021 em <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/226109>

Stewart, D., Morris, R., & Weir, H. (2013). Youth Perceptions of the Police: Identifying Trajectories. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 12 (1), 22 – 39. Consultado em Abril 2021 em DOI: <https://doi.org/10.1177/1541204013480369>

Taylor, T., Turner, K., Esbensen, F. & Winfree\_Jr, L. (2001). Coppin' an attitude: Attitudinal differences among juveniles toward police. *Journal of Criminal Justice*, 29, 295–305. Consultado em Abril 2021 [https://doi.org/10.1016/S0047-2352\(01\)00089-7](https://doi.org/10.1016/S0047-2352(01)00089-7)

Tyler, T. (2006). *Why people obey the law*. New Jersey: Princeton University Press. Consultado em Abril 2021 em <http://www.des.ucdavis.edu/Faculty/Sabatier/Tyler1990.pdf>

Weitzer, R., & Tuch, S. (2005). Determinants of public satisfaction with the police. *Police Quarterly*, 8 (3), 279 – 297. Consultado em Março 2021 <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.924.5479&rep=rep1&type=pdf>

## Legislação

Constituição da República Portuguesa (CRP), Decreto de 10 de Abril de 1976

Lei Tutelar Educativa - Lei nº 166/99, de 14 de setembro, Diário da República nº 215 - I série A - 14 de setembro de 1999

Lei Proteção de Crianças e jovens em risco – Decreto-lei nº 147/99, de 1 de Setembro, Diário da República n.º 204/1999 – I série – 1 de setembro de 1999

Lei de Segurança Interna - Decreto- lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto, Diário da República n.º 167/2008 - Série I – 29 de Agosto de 2008

# Anexos

---

## Anexo 1: Consentimento Informado



### CONSENTIMENTO INFORMADO Segundo o Regulamento de Proteção de dados

Este documento serve para garantir que participa no estudo sobre a “Perceções sobre a relação entre os jovens em risco e os agentes de autoridade”, realizado no âmbito da dissertação de Mestrado em Criminologia de Rita Navarro, orientado pela Professora Doutora Vera Duarte, do ISMAI - Instituto Universitário da Maia, após ter sido devidamente informado/a e esclarecido/a acerca das condições de participação.

Este estudo tem como objetivo principal perceber quais são as perceções sobre a relação entre jovens em risco, institucionalizados e não institucionalizados, e os agentes de autoridade.

As informações serão recolhidas através da técnica de entrevista semi-estruturada para a qual pedimos autorização para proceder à sua gravação. A informação recolhida é confidencial e será tratada e conservada de forma anónima, garantindo a proteção de dados.

Os resultados serão divulgados apenas no âmbito desta investigação, sem nunca revelar/divulgar a sua identidade. Garantimos que o material resultante do estudo será destruído após transcrição do mesmo.

A sua participação é completamente voluntária e a decisão de não participar, total ou parcialmente, não lhe trará qualquer prejuízo. Poderá desistir a qualquer momento.

Por favor, responda a cada uma das seguintes questões relativas à recolha e utilização de dados deste estudo, assinalando com uma cruz (X) “sim” ou “não”.

Li e compreendi a informação que consta neste documento. Sim \_\_\_ Não \_\_\_

Fui devidamente informado/a e esclarecido/a acerca dos objetivos e das condições de participação neste estudo. Sim \_\_\_ Não \_\_\_

As minhas dúvidas foram esclarecidas. Sim \_\_\_ Não \_\_\_

Concordo com a gravação áudio da entrevista. Sim \_\_\_ Não \_\_\_

Concordo que a entrevista seja realizada via ferramentas digitais. Sim \_\_\_ Não \_\_\_

Concordo com a utilização dos conteúdos da entrevista para uso exclusivo do projeto e para fins de investigação científica. Sim \_\_\_ Não \_\_\_

Inteirei-me que os dados disponibilizados nas entrevistas serão anonimizados (confidenciais). Sim \_\_\_ Não \_\_\_

Aceito participar voluntariamente neste estudo. Sim \_\_\_ Não \_\_\_

A Instituição/ Entidade que represento nesta parceria autorizou a minha participação neste estudo. Sim \_\_\_ Não \_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Assinatura da investigadora: \_\_\_\_\_

## Anexo 2: Guião de Entrevista realizado aos Agentes de Autoridade

### Dados socio biográficos e profissionais

Nome:

Idade:

Posto:

Anos de serviço:

Esquadra:

Se faz parte de algum programa específico (e.g. escola segura, violência doméstica, trânsito...)

---

### Experiência profissional

1. Sempre trabalhou nesta esquadra? Fale-me um pouco do seu percurso profissional.
2. Da sua experiência enquanto polícia quais são as principais problemáticas sociais em que intervêm/ ou têm de lidar?
3. Acha que a sua Formação é adequada para lidar com jovens em risco e com a delinquência? Se sim, explique em quê. Se não, o que poderia ser feito para melhorar?
4. Qual a sua opinião sobre as funções da polícia nos dias de hoje?

### Experiências com jovens

5. Quando são chamados para situações onde envolvem jovens quais são as principais razões dessa chamada?
6. Quem são estas crianças/ jovens (falar sobre o perfil dos/as jovens)?
7. Como caracteriza os jovens de hoje?
8. Gostariam de partilhar alguma história ou ocorrência que tenham tido com um jovem?

### Relação com os jovens

9. Na sua perspetiva, como é que acha que os jovens vêem a polícia?
10. Se tivesse de definir a relação atual polícia-juventude, o que diria?
11. O que é que acha que contribui para essa visão?
12. Há diferenças de tratamento:
  - a. quando são jovens ou adultos? Concorda? O que poderia ser diferente?
  - b. quando são rapazes ou raparigas? Concorda? O que poderia ser diferente?
  - c. quando são jovens de bairro social ou jovens de classe média? Concorda? O que poderia ser diferente?
13. Acha que os/as jovens respeitam e cooperam com os agentes de autoridade?
14. Como é que acha que os jovens se sentem na presença da polícia?
15. Acha que um contacto negativo com a polícia pode ter consequência negativas no comportamento do/a jovem?
16. O que acha da atuação da polícia com os/as jovens? Considera que devia haver mudanças? Se sim, quais? Se não, porquê?

## Anexo 3: Guião de Entrevista aos jovens

### Dados socio biográficos:

Nome:

Data de Nascimento:

Idade:

Localidade:

Ano de Escolaridade:

### Opiniões gerais da Polícia

1. Na tua opinião qual é a principal função da polícia?
2. Na tua opinião achas que o papel da polícia é importante?
3. Na tua opinião tendo em consideração o trabalho da polícia. Achas que a polícia faz o seu trabalho como deve de ser? Tem feito um bom ou mau trabalho?
4. Na tua opinião como é que vês a relação entre os jovens e a polícia?
5. Na tua opinião achas que a polícia trata as pessoas com respeito?
6. Na tua opinião achas que a polícia trata todos os jovens de forma igual? Se não, porquê?
7. Na tua opinião achas que a polícia trata todas as pessoas de forma igual? Acha que a polícia muda o seu comportamento conforme se os jovens são de bairro ou não/ ricos ou pobres/ brancos ou de outra etnia/ cor?
8. Na tua opinião no que trata ao tipo de crimes, achas que eles tratam de igual forma todos os crimes?
9. Na tua opinião se os policiares cometerem algum ato errado achas que são punidos? Ou achas que não lhes acontece nada?

### Experiências pessoais com a Polícia

10. Alguma vez tiveste alguma experiência com a polícia? Se sim conta o que aconteceu (abordagem, atuação).
  - Se não. Alguém da família teve alguma experiência com a polícia (o que aconteceu)?
  - Como te sentiste?
  - Achas que a polícia agiu de forma correta? Achas que podia ter agido de outra forma?
11. Algumas vez cometeste algum delito?
  - Se sim, o quê?
  - E foste apanhado pela polícia?
  - Como foi?
12. Alguma vez foste vítima de algum crime?
  - Se sim, o que aconteceu?
  - Apresentas-te queixa à polícia (ou chamas-te a polícia)?
  - Conta-me como foi.
13. Na tua área de residência com que frequência vês a polícia? E achas que a presença da polícia na tua área de residência é positiva?
14. Como te sentes na presença da polícia (segurança, insegurança)?
15. Tens confiança na polícia? Achas que é eficaz? Se precisasses da Polícia chamavas?
16. Caso fosse preciso cooperavas com a polícia? Qual seria a atitude caso eles te pedissem para cooperar?

Última Questão:

17. Na tua opinião o que é que a polícia poderia mudar (o que faz e não deveria fazer, e o que não e deveria fazer)? Se sim, o quê?

#### Anexo 4: Tabela de Categorização dos Jovens

Tema	Categoria	Sub-categoria
Opiniões gerais da polícia	Função da polícia	Função da polícia -Sabem - Não Sabem
	Trabalho da Polícia	Importância
		Avaliação do trabalho - Bom - Depende - Mau
	Tratamento da polícia	Respeito
		Igualdade - Sim -Depende - Não
		Igual tendo em conta estatuto económico, área de residência e etnia
	Punição dos polícias	Punição dos polícias - Igual a um cidadão normal - Diferente a um cidadão normal
Relação da polícia	Relação polícia-jovem	Relação polícia-jovem -Má -Mais ou Menos -Boa
Relação da polícia	Sentimentos	Sentimento na presença da polícia -Sentimento Positivo -Sentimento Negativo
		Confiança -Confia -Depende -Não confia
		Se precisassem de ajuda chamavam a polícia -Sim -Depende -Não
		Cooperação -Cooperava -Depende - Não cooperava
Contactos com a polícia	Experiências pessoais com a polícia	Experiências pessoais com a polícia - Positivas - Negativas - Não teve
	Vítima de crime	Vítima de crime -Não -Sim
	Crime	Crime -Cometeu -Não Cometeu
	Frequência que vê a polícia	Frequência -Vejo -Algumas vezes -Raramente -Nunca
		Importância dessa presença - Importante -Não é importante
	O que a polícia poderia mudar	O que a polícia poderia mudar -Podia mudar -Não podia mudar

## Anexo 5: Tabela de Categorização dos Agentes de Autoridade

Tema	Categorias	Sub-categorias
Experiência Profissional	Percurso Profissional	
	Principais problemáticas que têm de lidar	
	Formação	Formação -Adequada - Não adequada
	Melhorias na formação	
	Função da polícia	Opinião sobre as funções atuais
		Comparação com anos anteriores
Experiência com os jovens	Ocorrências com os jovens	Razões das ocorrências
	Perfil destes jovens	Perfil destes jovens -Não comum -Comum
	Caracterização	Caracterização dos Jovens de hoje
	Experiências pessoais com os jovens	Experiências pessoais com os jovens -Negativas -Positivas
Relação com os jovens	Visão dos jovens sobre os polícias	Visão dos jovens -Positiva - Depende -Negativa
		Razões desta visão
	Relação Jovens-polícia	Caracterização da relação Policia-Jovem -Boa -Depende -Má
	Diferenças de tratamento	Entre Jovens/ adultos -Há -Não há
		Rapaz/raparigas -Há -Não há
		Jovens de bairros sociais/ou não -Não há -Depende -Há
		Etnia -Não há -Depende -Há
	Sentimento dos jovens na presença da polícia	Sentimento dos jovens na presença da polícia -Positivo -Depende -Negativo
		Respeito e cooperação
	Contacto com a polícia	Contacto negativo pode ter consequências negativas -Sim -Talvez -Não
	Avaliação da atuação policial com os jovens	Avaliação da atuação policial com os jovens - Adequada - Não adequada
		Mudanças que poderiam ser implementadas